



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0241/11	DATA: 07/04/2011
INÍCIO: 09h50min	TÉRMINO: 13h36min	DURAÇÃO: 03h46min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h46min	PÁGINAS: 70	QUARTOS: 45

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GUACIRA CÉSAR DE OLIVEIRA – Diretora do Centro de Estudos e Assessoria – CFMEA.

SUMÁRIO: Debate sobre a Reforma Política.
Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Srs. Parlamentares, havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída a cópia da ata da oitava reunião ordinária, realizada no último dia 5 de abril. Solicito ao Plenário a dispensa da leitura da ata. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação em contrário, declaro dispensada a sua leitura.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, submeto-a à votação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata da oitava reunião está aprovada.

Expediente.

Comunico que foram recebidos os seguintes expedientes: primeiro, do Deputado Alceu Moreira, do PMDB do Rio Grande do Sul. Trata-se de justificativa de ausência à reunião do dia 29 próximo passado, em virtude de estar realizando missão oficial desta Casa, no Município de Osório, no Estado do Rio Grande do Sul. Segundo, do Deputado Waldenor Pereira, do PT da Bahia, justificando também a ausência à presente reunião, uma vez que estará integrando comitiva de Parlamentares, em visita ao Hospital das Clínicas de Porto Alegre.

Na Ordem do Dia, como é do conhecimento de V.Exas., esta reunião foi convocada para, em primeiro lugar, realização de audiência pública, e, em segundo lugar, deliberação de requerimentos.

Na primeira parte da nossa audiência pública, vamos ouvir a Sra. Guacira César de Oliveira, Diretora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, a quem agradeço a presença.

Convido S.Sa. para tomar assento à mesa.

A Sra. Guacira César de Oliveira atende ao convite desta Comissão, a requerimento da Deputada Luiza Erundina.

Esclareço que foram convidados para participar desta audiência os Srs. David Fleischer, Professor Emérito do Instituto de Ciência Política da UnB, e o jornalista Tarcísio Holanda, que representaria o Presidente da ABI, Maurício Azêdo. Ambos



lamentaram não poder comparecer a esta audiência, mas colocaram-se à disposição da Comissão para uma outra oportunidade.

Dando início aos trabalhos, pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado João Paulo Lima.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Sr. Presidente, membros da Mesa, bom dia.

Sr. Presidente, antes de começar a reunião — e asseguro a V.Exa. que esta vai ser a minha última intervenção sobre esse tema —, quero apenas informação acerca dos horários da reunião. Sou membro da Comissão de Constituição e Justiça, da Reforma Política, e mais uma vez há coincidências. A minha pergunta é a seguinte: vai haver uma solução ou terei de conviver com essa realidade? Preciso apenas de balizamento político. Na condição de revolucionário, nós temos que nos adequar a diversas realidades e montar nossas estratégias. Quero saber se haverá algum encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nobre Deputado, permita-me esclarecer V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Mantive contato ontem com o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, Deputado João Paulo Cunha, e S.Exa. havia combinado conosco uma reunião ontem à tarde, mas não foi possível, diante das deliberações de plenário da Casa. Contudo, S.Exa. nos assegurou que hoje teríamos uma conversa com este objetivo. Portanto, está a caminho a resolução da aflição de V.Exa. e de todos nós.

Dando início aos trabalhos, esclareço que a palestrante disporá inicialmente de 20 minutos para a sua exposição. Após a apresentação, será concedida a palavra aos Deputados, pelo prazo de 3 minutos, tendo a expositora igual tempo para responder a eventuais perguntas. São facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo de 3 minutos.

Quanto à questão do prazo, os Srs. Parlamentares já conhecem a flexibilidade da Mesa, que em determinada sessão pode assim agir, mas não abdica do direito de cumprir fielmente o Regimento, quando não em prejuízo do debate.



Informo que a lista de inscrição para o debate já se encontra à disposição dos Srs. Parlamentares.

É com prazer que concedo a palavra à Sra. Guacira César de Oliveira, para que possa fazer a exposição acerca dos diversos temas, itens que integram o debate sobre reforma política. S.S^a tem a palavra.

A SRA. GUACIRA CÉSAR DE OLIVEIRA - Obrigada, Deputado.

Bom dia a todas e todos. Quero agradecer o convite para participar desta audiência pública da Comissão Especial de Reforma Política.

(Segue-se exibição de imagens.)

Faço parte de uma organização feminista de defesa dos direitos das mulheres, do movimento de mulheres. Para nós, essa questão é absolutamente importante, central na nossa agenda política. A participação das mulheres na política é um eixo de luta do movimento há quase um século. Há 80 anos, as mulheres conseguiram garantir o direito de serem eleitoras, de serem, portanto, consideradas cidadãs, com capacidade para eleger seus representantes. Mas, em que pese a essa decisão há tantas décadas, somos eleitoras, mas temos enfrentado muitos obstáculos para conseguir ocupar também os espaços de decisão e do poder. Mais do que delegar poder, as mulheres querem — e a democracia, por sua própria natureza, exige — que as mulheres estejam também representadas nos espaços de poder. E isso tem andado a passos muito lentos.

No debate sobre sistemas eleitorais nesta Comissão, queremos destacar especialmente o quanto esse sistema eleitoral é avesso à participação das mulheres. Há mecanismos visíveis e invisíveis que impedem a participação das mulheres nos espaços de poder e, portanto, impedem também que a democracia se realize em sua plenitude, em sua profundidade, e com toda a sua capacidade de realizar e produzir justiça, produzir igualdade, produzir bem-estar social. É uma condição a democratização do poder, para que se possa ter justiça e igualdade, como os senhores e as senhoras bem sabem.

Ao analisarmos o sistema político a partir dessa perspectiva feminista e de gênero, podemos perceber problemas que, muito provavelmente, sob outras perspectivas, não são tão evidentes, não mostram, vamos dizer, a capacidade de exclusão que o sistema apresenta.



Temos os lugares que o Brasil ocupa no *ranking* mundial organizado pela União Interparlamentar em relação à participação política das mulheres: ocupamos 104º lugar com relação à participação das mulheres no Parlamento; temos apenas 8,9% de Deputados negros ou negras e 6,2% de Senadores; e não temos ninguém identificado como indígena no Parlamento Federal. Estamos falando de segmentos da população brasileira que estão absolutamente sub-representados no Parlamento. De maneira muito clara, o racismo e o “sexismo” são mecanismos que a democracia também utiliza para excluir uma parcela importante da população da cidadania, dos espaços de poder. Como todos sabem, as mulheres somos mais de 50% e a população não branca — a população negra, em particular — também já chega a mais de 50% do total da população brasileira.

Queremos destacar a conexão desse dado de exclusão com as formas terríveis com que a violência se apresenta no Brasil. Se a política é o espaço que temos para discutir os conflitos, para tentar obter acordos e realizar pactos, o fato é que a violência é o outro extremo dessa situação. Por meio dela, os conflitos são suprimidos inclusive pelo assassinato.

O Brasil ocupa o antepenúltimo lugar na América Latina com relação à participação das mulheres no poder. Quando analisamos as últimas pesquisas sobre violência na América Latina, percebemos que o Brasil também ocupa o terceiro lugar dos países mais violentos do mundo, atrás de Venezuela e Colômbia.

Quero alertar sobre a importância enorme da decisão que se vai tomar em relação à reforma política por esta Comissão, pelo Congresso Nacional, porque essa exclusão tem produzido números terríveis. Estão aí os homicídios. Morrem, proporcionalmente, 103,4% mais negros do que brancos, no Brasil — mais do que o dobro —, por mortes violentas. Estamos falando de assassinatos.

Algumas medidas vêm sendo tomadas por demanda dos movimentos de mulheres, por demanda da bancada feminina do Congresso Nacional, dos órgãos de políticas para as mulheres, para enfrentar essa exclusão, que diz respeito, insisto, a uma questão central da agenda democrática.

Nesse sentido, na última minirreforma eleitoral, assim chamada aqui, ficou estabelecido 5% do Fundo Partidário para a formação política das mulheres, com punição para os partidos que não cumprirem essa regra, uma vez que é obrigatória;



10% do tempo da propaganda partidária para promover a participação das mulheres. E houve essa alteração na Lei Eleitoral estabelecendo que a cota para as mulheres não era mais uma questão de reserva. Não estava apenas reservada a cota para as mulheres: ela deveria ser preenchida, cumprida.

O que constatamos nessas últimas eleições foi que, apesar de a legislação ter mudado, a exigência de que essa legislação fosse cumprida e a responsabilidade dos partidos políticos com o cumprimento dessa legislação deixaram absolutamente tudo a desejar.

Essa afirmativa fica muito evidente no gráfico que estamos mostrando para as senhoras e para os senhores. É impressionante a estagnação em que se encontram essas medidas, o que se pode verificar no resultado concreto das últimas eleições.

Os senhores e as senhoras podem observar como vem sendo a participação das mulheres na Câmara dos Deputados desde 1945. É no período da Constituinte, no início do processo de redemocratização do País, em 1986, portanto, que há um grande salto da participação das mulheres. Falamos de um grande salto, porque no gráfico se apresenta desse tamanho, mas todo mundo sabe que a bancada feminina na Assembleia Nacional Constituinte era bastante pequena. Ainda assim, era um salto enorme que se dava. De lá para cá, passados 22 anos de processo democrático, a resposta para garantir a inclusão de setores sub-representados no Parlamento Federal, em especial a sub-representação das mulheres no Congresso Nacional, tem avançado a passos muito lentos.

Em 1995, foi aprovada no Congresso Nacional a lei que estabelecia a cota para as mulheres nas eleições, reservando cotas para as mulheres nas eleições. Como os senhores e as senhoras podem constatar, essa medida produziu alguns resultados, mas já faz algum tempo que não consegue se traduzir em mudanças concretas e promover ou produzir maior inclusão. É necessário que haja realmente mudanças substantivas para trazer para dentro da política a representação da metade da população que é de mulheres, e a metade da população que é de negros e de não brancos no Brasil.

Chama especialmente a nossa atenção o fato de que, da eleição de 2006 para a de 2010, não houve nenhum tipo de mudança em relação à participação das mulheres. De 2006 para 2010, mudou a lei. A lei exige que se cumpram 30% no



mínimo de mulheres e 70% no máximo de homens. O que constatamos foi que a lei não foi cumprida. Houve muito mais do que 70% de homens e muito menos do que 30% de mulheres. Houve um desrespeito flagrante, que o debate sobre o sistema eleitoral e sobre a reforma política têm que abraçar.

Para nós, a questão da lista fechada com alternância de sexo, que está em debate no Congresso Nacional, é sem dúvida uma medida efetiva que poderia dar conta dessa estagnação e desse absoluto desrespeito que se processa nesses 22 anos de democracia, durante os quais não se conseguiu chegar nem sequer aos 30% que estavam compromissados. Há 15 anos está previsto que deveria haver uma participação das mulheres. Os partidos, o Judiciário, os Tribunais Eleitorais deveriam tomar providências no sentido de garantir a participação de 30% das mulheres, pelo menos. Evidentemente, democracia para valer tem que ser com paridade. Após 22 anos da Constituinte e 15 anos da Lei de Cotas estabelecida, o movimento é muito pequeno nesse sentido.

De todas as razões que vêm sendo debatidas aqui, quero destacar a lista fechada com alternância de sexo como medida que tem sido defendida insistentemente por diversas redes, movimentos e organizações de mulheres. E vão estar presentes neste debate, fazendo essa discussão, no sentido de defender essa proposta.

Um outro elemento que se tem mostrado um forte impeditivo para a participação política das mulheres é a questão do poder econômico nas campanhas eleitorais. Como os senhores e as senhoras sabem, é fato que as mulheres têm muito menos recursos do que os homens. As candidaturas das mulheres são tremendamente prejudicadas pelo caráter mercantilizado que tomaram as campanhas eleitorais. As mulheres também estão impedidas de participar, porque o poder econômico é tremendo, e nós mulheres que estamos na política não temos as condições de concorrer dessa maneira. Assim, para garantir a inclusão das mulheres nos espaços de poder é preciso reduzir ao máximo a interferência do poder econômico nas definições sobre quem vai ocupar os espaços de poder. Nesse sentido, a defesa do Financiamento Público de Campanhas exclusivo está na agenda do movimento de mulheres. Nós gostaríamos de insistir nisso com os senhores.



É uma pena que o Professor David Fleischer não tenha podido participar desta audiência. O professor tem insistido na questão da reeleição também como um fator importante para a exclusão das mulheres. Na eleição de 2006, praticamente 70% dos cargos foram ocupados por pessoas que haviam sido reeleitas. Quando olhamos o grau de ocupação dos espaços de representação política mediante o mecanismo da reeleição, considerando que são muito poucas as mulheres que podem ser reeleitas, uma vez que somos muito poucas aquelas que estamos no poder, queremos chamar a atenção para o fato de que a tal cota — que até agora é de 30% — na verdade não é 30%, porque a cota real de 70% para os reeleitos funciona com muita efetividade, mas deixa para quase a totalidade das mulheres a possibilidade de disputar com todos os homens e mulheres que nunca estiveram no poder, a partir dos outros 30%. Portanto, é preciso também medidas nesse sentido.

Na questão da lista fechada, quero mostrar para os senhores e as senhoras os resultados que a mesma medida de cotas produziu em um sistema eleitoral com lista fechada, caso do sistema eleitoral da Argentina, depois de já termos falado que não produziu resultados no sistema brasileiro atual. Na Argentina, a lista fechada, que estabeleceu um mínimo de 30% de candidatas para os cargos eletivos, foi aprovada em 1991. Atualmente, na Argentina, as mulheres são 38% da Câmara Baixa e 36% da Câmara Alta. A Argentina está em 11º lugar no *ranking* mundial de participação das mulheres no Parlamento — aquele mesmo *ranking* em que o Brasil ocupa o 106º lugar —, graças a uma medida que tomou quase no mesmo momento em que nós a adotamos no Brasil: a cota para as mulheres. Nós adotamos a cota em 1995, a Argentina a adotou em 1991. De lá para cá, elas conseguiram chegar ao 11º lugar no *ranking* mundial, e nós, quase no mesmo período, continuamos nesse 106º lugar. E, considerando as últimas eleições, em que mantivemos inabalada a situação, corremos o risco de ficar num lugar ainda pior nesse *ranking*.

Não vou seguir com as transparências. Quero apenas destacar que a nossa expectativa para o próximo ano, quando completaremos 80 anos da conquista do voto feminino, é que tenhamos um compromisso concreto do Parlamento para honrar a luta das mulheres, para aperfeiçoar a democracia no Brasil. Esse



aperfeiçoamento da democracia implica, necessariamente, incluir as mulheres. Nós mulheres temos feito um esforço tremendo para isso.

É importante que os senhores saibam que, nas últimas eleições, aumentou em mais de 50% o número de mulheres que se candidataram. A vontade das mulheres de participar é absolutamente maior do que o empenho e o compromisso dos partidos políticos, do sistema político e da Justiça Eleitoral em garantir essa democratização do poder. A proporção entre as mulheres que participam como candidatas e as mulheres eleitas, desde 1994, vem diminuindo. Isso significa que cada vez mais mulheres se candidatam e que a proporção entre mulheres candidatas e mulheres eleitas reduz-se.

Estes são elementos que falam muito fortemente da impermeabilidade desse sistema político. E a sociedade brasileira já falou bem alto que está disposta a produzir essas mudanças. Todas as vezes em que os partidos políticos apostaram na eleição de mulheres, nesses últimos anos, a sociedade brasileira mostrou que está disposta a fazer essa mudança. Temos a primeira Presidenta da República não por acaso, mas porque o movimento de mulheres lutou por isso e porque a sociedade brasileira produziu essas mudanças. Agora cabe ao Parlamento, na justa representação desse anseio da sociedade brasileira por mudanças e por participação das mulheres no poder, produzir as transformações necessárias no sistema político, para suprimir esses mecanismos de exclusão política de setores importantes, em especial daquelas que estão em maior desvantagem do ponto de vista social, econômico e político na sociedade brasileira, como são as mulheres. É isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço à nobre palestrante pelas palavras.

Dou início aos debates, concedendo a palavra ao nobre Relator para suas considerações e questionamentos que julgar necessários.

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Guacira que nos dá a honra de sua presença aqui, trazendo, mais uma vez, opiniões importantes neste momento em que o nosso grande desafio é ouvir ao máximo as preocupações, os reclames, as sugestões e as ideias da sociedade para



que possamos ter um parâmetro e um ponto de equilíbrio, com a expectativa e com o desafio de fazer avançar os sistema eleitoral e político do nosso País.

Então, sua contribuição aqui é muito importante. Vale dizer que ela já tem sido dada através da movimentação e da participação popular. As entidades e as instituições exercem um papel, no meu entendimento, fundamental para que possamos chegar a esse objetivo comum, o de fazer avançar os nossos sistemas.

Tenho aqui, nas audiências públicas, me privado do papel de opinar sobre os temas até porque, na condição de colaborador e de Relator, quero ouvir o máximo de opiniões, recolher sugestões e, de uma certa forma, não influenciar o debate.

Quero ainda, Guacira, apresentar uma proposta que não necessariamente precisa ser levada em conta nesta audiência, mais uma reflexão para todos os Parlamentares e para o movimento também: o fim da reeleição.

É claro que estamos debatendo reforma política e aí cabem todas as ideias e sugestões; é evidente também que há a nossa preocupação de não fazer reforma política apenas por fazer reforma política, apenas para dizer para a sociedade que a estamos fazendo. Temos um sistema eleitoral com muitos vícios e muitos defeitos, mas também com muitas virtudes. Então, cabe a nós tentar avançar; cabe a nós tentar aperfeiçoá-lo do ponto de vista de fortalecimento da democracia. É, como disse, uma proposta para ser colocada talvez como uma reflexão, e não necessariamente para aprofundá-la hoje, o fim da reeleição.

Quando se fala do fim da reeleição, fala-se muito da reforma política, mas se fala para o Poder Executivo. Agora, quanto ao fim da reeleição para o Poder Legislativo, acho que é preciso refletir um pouco sobre o que isso significa realmente para o fortalecimento da democracia. Se fosse para atender os interesses de representação de gênero, em detrimento do enfraquecimento da democracia, tenho absoluta certeza de que V.Exas. não fariam essa defesa. Temo mais ainda de que seria o enfraquecimento da democracia sem necessariamente fortalecer ou garantir a representação de gênero. Então, perderíamos em duas pontas.

O Dr. David Fleischer é um grande colaborador, um debatedor, por quem temos o maior respeito. Como disse V.Exa., a presença dele aqui seria importante. Espero, em outras oportunidades, contar com a sua presença.



Mais ainda, não necessariamente me parece que essa conta seja tão efetiva assim. Por isso que eu disse que é preciso analisá-la juntos, não necessariamente nesta audiência, mas temos que analisá-la juntos.

O fato de falar na proibição da reeleição não absolutamente vai garantir que se tenha a representação de gênero aqui. Além disso, podemos enfraquecer a democracia e podemos ter até um rodízio que não necessariamente venha fortalecer.

Ressalto apenas este ponto, porque, como já havia dito, tenho me reservado a não opinar sobre os demais pontos. Tenho posição a respeito de vários aspectos aqui discutidos, mas faço questão de ouvir mais e opinar menos. Apenas esse ponto pareceu-me importante para reflexão, exatamente na defesa da representação e da democracia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Vamos ouvir a Deputada Luiza Erundina, autora do requerimento e, logo depois, o primeiro inscrito, Deputado João Paulo Lima. Enquanto isso, a palestrante vai fazendo suas anotações para dar uma resposta em bloco.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, cedo minha vez ao Deputado João Paulo Lima, que está com uma limitação de horário, e, em seguida a S.Exa., se me for dada a palavra, eu a usarei. Obrigada.

O SR. JOÃO PAULO LIMA - Sr. Presidente, primeiro, quero registrar minha satisfação com a exposição da companheira Guacira. Fiquei muito sensibilizado pela profundidade, pelo conteúdo e pela objetividade, acima de tudo, com que tratou o tema na sua exposição.

Quero também, Sr. Presidente, aproveitar a presença aqui à minha esquerda — só geográfica, porque no PT S.Exa. está à minha direita — do nosso companheiro Deputado Estadual Sérgio Leite. S.Exa. conversou com o nosso Presidente hoje e manifestou preocupação da bancada estadual de Pernambuco com a reforma política.

Mas o que eu quero mesmo dizer, Sr. Presidente, é que os homens fracassaram. Esse modelo capitalista de desenvolvimento, de crescimento, de exploração, de violência é muito um modelo masculino. Hoje, os homens com



sucesso na vida são os que têm alguma coisa dos sentimentos femininos, a intuição, a paixão, o amor. A participação da mulher em qualquer fórum muda radicalmente esse ambiente; muda porque, na essência, a mulher tem amor, tem compaixão. É lógico que, com raras exceções, algumas mulheres pensam com mente masculina, mas isso é muito raro.

A meu ver, temos de garantir essa participação, e da forma que a lei diz hoje. O que a lei diz hoje? Que à mulher tem que estar assegurado 30% para disputar, mas não assegura 30% das vagas. Então, o que acontece? A grande maioria dos partidos — inclusive no meu partido —, coloca as mulheres para cumprir o que determina a legislação vigente. Diferentemente, Sr. Presidente, eu que venho de um movimento de igreja, do JOC – Juventude Operária Católica –, e fui de ação católica operária, convivi com essa realidade há muito tempo, qual seja a de 50% da participação das mulheres e 50% da participação dos homens, buscando o verdadeiro equilíbrio com a participação feminina.

Sei que essa questão não é simples, até porque diversos setores da sociedade têm que ter também a sua representação. Mesmo com todos os avanços do Governo do Presidente Lula, as questões indígenas ainda são muito esquecidas do ponto de vista de Nação; os trabalhadores rurais, os pobres e os negros *idem*. Acredito também nessa tarefa de garantir o equilíbrio da reforma política.

Fiquei — repito — muito satisfeito com a sua exposição e quero dizer que serei um soldado revolucionário em favor da participação da mulher e dos excluídos no processo da reforma política. O meu partido também já demonstrou preocupação com o tema. É lógico que é muito pouco.

O grande problema é que a maioria das pessoas não quer mudar. Como é difícil mudar as coisas, mudar o modo de pensar; e, muitas vezes, é só medo de mudar. As coisas melhoraram. É por isso que acredito muito.

Em todos os fóruns de que participei, eu implementei mudanças. Na condição de Prefeito de Recife, com muita honra, alcancei um resultado importante: com 88% de aprovação e elegi o meu sucessor no primeiro turno.

Um dos pontos mais marcantes foi a participação da mulher nas nossas assembleias de orçamento participativo. Hoje, as mulheres participam em todos os



fóruns, pelo menos nos populares, uma participação muito maior do que a dos homens.

Quando se chega às comunidades com problemas de abastecimento d'água, de instalação de energia elétrica, de coleta de lixo, bem como o desemprego e a violência, vemos que as pessoas mais dispostas a debater são mulheres. Hoje, nas comunidades populares de Recife e de sua região metropolitana, onde tenho atuação bastante grande, a participação da mulher é cada vez maior e com mais qualidade.

Agora, quando chega a hora da representação, surge o obstáculo, o preconceito por ser mulher. Aí dizem: *"Mulher não dá certo, mulher vai errar."* Isso se reproduz e termina a mulher não representada à altura do papel político do que exige hoje a sociedade.

Volto a repetir: gostei muito da participação da Sra. Guacira. Pode contar aqui com um soldado revolucionário junto com o meu partido em defesa da verdadeira democracia representativa, com a participação das mulheres e dos excluídos do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nobre Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, querida companheira Guacira, antes de fazer minhas reflexões, quero deixar registrada a contribuição do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, que representa inclusive para a bancada feminina desta Casa, e o início da luta geral das mulheres em nosso País.

Então, aproveito a oportunidade para agradecer a contribuição da entidade e particularmente da Guacira, à frente dessa instituição e de muitas lutas em torno das mulheres e de sua cidadania em nosso País.

Quero lamentar a ausência das outras duas pessoas convidadas e sugerir que se estabeleça sempre, ao convidar os representantes constantes daqueles requerimentos, um prazo de confirmação da presença, embora possa escapar um ou outro caso, até para — quem sabe? —, preencher algumas ausências diante da dificuldade de o convidado comparecer a uma determinada audiência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputada Erundina, permite-me uma explicação? Temos uma lista não digo grande, mas bem razoável de nomes, e a Secretaria da Mesa da Comissão estabeleceu o convite a todos que foram objeto de requerimento e de deliberação pela aprovação. O que não houve foi confirmação mesmo, e não menos do que uns 10 nomes. Daí eu ter tomado a decisão de pautar para hoje todos os requerimentos que chegaram à Comissão convidando palestrantes para o debate. Esta é a explicação.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Agradeço, Presidente, e na minha fala não havia nenhuma crítica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Ah, não. Eu sei disso.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - ... porque sei do esforço desta Comissão, e particularmente de V.Exa., para que as coisas aconteçam, apesar de das adversidades existentes na condução desse processo.

Evidentemente que a presença da companheira Guacira supre em muito a ausência dos outros dois, centrando, inclusive, um foco que já tem sido objeto de discussão nesta Comissão, a partir da intervenção de alguns companheiros que já apresentaram esse tema importante da representação das mulheres e da sua discussão no processo de reforma política.

Quero então, Guacira, discutir algumas questões que já foram, de certa forma, abordadas na sua fala, mas pedindo aprofundamento e ampliação de alguns dos aspectos que eu apresento aqui.

Ressaltou V.Sa., entre outras razões ou causas de sub-representação das mulheres, na dificuldade de ampliar essa participação, a violência e problemas econômicos e financeiros das mulheres para enfrentar os custos de uma campanha.

Eu perguntaria então: que outras causas estariam, de uma certa forma, determinando essa exclusão política das mulheres e dos negros, mas particularmente das mulheres? Os focos que estamos adotando neste momento, além das questões apresentadas por V.Sa., são a violência, o baixo nível de renda e de possibilidades financeiras. Então que outras causas estariam determinando essa exclusão histórica das mulheres nos espaços públicos e nos espaços de poder? Esta é uma das questões apresentadas.

Outra questão diz respeito aos partidos políticos.



Em que medida os partidos políticos não têm contribuído para aumentar a participação das mulheres na política? Mesmo a sua dinâmica interna registra a baixa presença das mulheres nas instâncias de direção dos partidos políticos. E mesmo partidos políticos do campo progressista, democrático e até de esquerda, não há, pelo menos, um certo comprometimento... No discurso sim, esses partidos reafirmam, reiteram a sua sensibilidade em torno dessa questão, mas, na prática, mesmo na vida interna dos partidos, essa preocupação não se reflete em ações concretas e em políticas partidárias que possam contribuir para ampliar a representação das mulheres nos espaços de poder. E, vale dizer, uma direção partidária, em instância de decisão política de partido, é uma instância de poder político. No entanto, a ausência de mulheres e a sub-representação das mulheres nessas instâncias também é muito grande.

Outra questão dá-se em relação à presença tão evidente, tão intensa das mulheres na luta social, na luta por direitos sociais, na luta por direitos e melhorias, sobretudo nas comunidades periféricas, nas camadas mais excluídas da sociedade, nas lutas concretas do povo. Nesses locais, a presença das mulheres é absolutamente majoritária. Elas cumprem um papel fundamental nesse processo. É uma forma de participação política. Pergunto: por que isso não se reflete na disputa do poder político e na presença delas nos espaços institucionais de poder? Porque está evidente que, sobretudo nas classes populares, a participação das mulheres na luta social e na luta econômica por direitos sociais, por direitos individuais e por direitos nas comunidades locais, tem contribuído muito para o avanço da luta política geral. Mas por que isso não se expressa nos espaços institucionais de poder?

Outra questão é a formação política.

Temos cobrado dos nossos companheiros de partidos e de lutas, pluripartidária ou suprapartidariamente, uma aliança com muitos homens de diferentes partidos que nos ajudam a aprovar algumas iniciativas. A bancada feminina não aprovaria nenhuma iniciativa, o que significa que temos de ter aliados homens nesta Casa, independentemente da condição partidária, *etc.* Mesmo esses companheiros, ou mais aqueles que não têm compreensão maior dessa questão, alegam que as mulheres são desinteressadas, que não têm apetite para disputa política. Eles colocam a responsabilidade e a culpa na vítima do fenômeno da



exclusão social de um contingente majoritário da sociedade nas instâncias de poder, sobretudo o poder institucional.

Como lidar com a formação política das mulheres? Será que nós mulheres já compreendemos que a nossa inclusão nos espaços de poder é condição para superarmos inclusive outras desigualdades, outras exclusões, outras injustiças que se cometem contra esse enorme contingente de brasileiros e brasileiras? Como é que se poderia enfrentar essa ausência de formação política das mulheres que contribui inclusive para o *déficit* de democracia em nosso País? Como superar isso? Quanto esse fator é determinante, enquanto fator que contribui para a exclusão das mulheres nos espaços de poder?

Como avalia o envolvimento do Congresso e de alguns partidos políticos nesse processo de construção e de mudanças importantes do nosso sistema político? Como avalia o envolvimento e o interesse das mulheres, assim como o comprometimento das organizações de mulheres em relação à reforma política? A nosso ver, se não houver grande envolvimento dos vários segmentos que compõe a sociedade, nesse esforço de aperfeiçoamento do nosso sistema político, o Congresso, evidentemente, terá muito mais dificuldade de dar conta dessa tarefa.

Indagamos ainda: qual é o grau de envolvimento do movimento feminista, do movimento de mulheres e do segmento de mulheres na sociedade neste momento da reforma política? Revela algum interesse? Revela algum envolvimento ou não? Como reverter esse quadro?

Como avalia a contribuição da Frente Parlamentar pela Reforma Política com participação popular? E como a experiência, que não é recente, pelo menos nesta Casa, de mais de 4 anos, e que agora se reedita sob a forma de uma Frente Parlamentar Mista, com a participação de Deputados e Senadores, como vê esse instrumento num passado recente e no atual? E quanto isso pode significar no sentido de ampliar a participação de mulheres na sociedade civil em geral nesse esforço de construção de melhorias do nosso sistema político?

Por último, embora já tenha sido citado de certa forma o significado da presença de uma mulher na Presidência da República, para além do simbolismo, para além... O que significa de fato esse esforço de inverter o quadro de exclusão de nós, mulheres, no exercício de poder, na ocupação de espaços públicos, no



exercício da cidadania política, enquanto sujeitos políticos diferenciados numa sociedade com profunda marca e cultura machista? E não me refiro somente à presença da Presidente, mas à presença de um número significativo de mulheres no quadro de primeiro escalão, nos Ministérios. Como é que o CFEMEA e o movimento de um modo geral encaram essa realidade? E o quanto ela define de fato outro momento da nossa presença no mundo político em nosso País?

Eram basicamente essas questões que, de certa forma, já foram abordadas sob algum aspecto, mas eu gostaria de aprofundá-las mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Passo a palavra a Sra. Guacira César de Oliveira, após a manifestação de três Parlamentares.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Sr. Presidente, somos tão poucos. Poderíamos fazer tudo de uma vez. É só uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Vamos ouvir o Deputado Carlos Alberto.

O SR. DEPUTADO DR. CARLOS ALBERTO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero parabenizar a ilustre Diretora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria pela exposição simples, objetiva e esclarecedora.

Quero dizer a V.Sa. que estou, há 45 anos, na vida pública, no Poder Executivo, e pela primeira vez fui levado a integrar os quadros desta Casa. Digo isso para trazer algumas dúvidas, algumas das quais já foram traçadas pela nossa experiente Parlamentar, Deputada Luiza Erundina, em termos de arcabouço, sobre dúvidas maiores que temos em relação a essa questão de gênero na inserção da política brasileira.

Como novato, como debutante do Parlamento brasileiro, como cidadão, ouço — e tenho ouvido, nesta Casa, ao longo desses três primeiros meses — que os dirigentes dos partidos políticos dizem que há uma dificuldade muito grande em recrutar mulheres para ingressar nos partidos e, conseqüentemente, concorrerem às eleições. Não sei qual o grau de veracidade disso.

A minha constatação é a seguinte — e a consideração que faço aqui não é uma crítica destrutiva, mas o que tenho ouvido como cidadão, ao longo da minha vida pública, e agora como Parlamentar —: as mulheres, como disse a Deputada



Erundina — e, como cidadão, eu tenho percebido isso —, quando convidadas a participar do mundo político, em reuniões, em fóruns, elas dizem “*não quero entrar nisso*”. Esse “*não quero entrar nisso*” tem um sentido pejorativo — e aí digo que a crítica não é destrutiva, pois foi dita por vários Parlamentares nesta Casa —, pois a política ganhou um estado tal de descredibilidade que faz com que as mulheres não queiram participar do processo político.

V.Sa. não acha que, na medida em que restabelecemos essa credibilidade, inclusive com a proposição do nosso Presidente Almeida Lima, que quer auscultar vários segmentos da sociedade, para que se faça uma democracia direta, e não só representativa, as mulheres, com seu *feeling*, com seu sentimento de verdadeiras planejadoras de nos nossos lares, na condução das nossas casas, dos nossos filhos, na gestão do orçamento familiar, não poderiam ter maior participação? Essa é a minha primeira observação.

A segunda consideração, também como novato e como debutante, é em relação ao que disse o nosso Relator, Deputado Rubens Otoni. V.Sa. referiu-se ao fim da reeleição, mas eu pergunto: em que nível? Eu, como novato, como debutante, tenho muito receio — e não podemos, como diz a minha mãe, que é portuguesa, medir todo mundo pela rasa — porque há políticos e políticos. Acho temerário que, no Poder Legislativo, nós, por exemplo, findássemos a reeleição e perdêssemos todo um histórico de produtividade de homens que realmente contribuem e contribuíram para o Brasil. Com o fim da reeleição no Poder Legislativo, vamos ter uma rotatividade de pessoas que não conhecem o funcionamento deste Poder, o que poderia acarretar o enfraquecimento da democracia.

Faço minhas as palavras do nosso Deputado Rubens Otoni no que tange ao fim da reeleição em termos genéricos. Eu tenho essa preocupação. Aqueles que forem bons, habilitem-se a continuar; aqueles que não forem bons, a sociedade irá repudiá-los.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Concedo a palavra à nobre Deputada Erika Kokay.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, inicialmente, parablenzo a Dra. Guacira. Nós, de Brasília, somos privilegiados por tê-la sempre presente nas formulações dos movimentos.

Sabemos da necessidade de termos uma sociedade em que os direitos sejam iguais para homens e mulheres, enfim, para todos. Temos de romper a lógica que está bastante pontuada na discussão da reforma política do sujeito único. Quando discutimos a alternância de gênero na reforma política, a condição humana, que naturalmente é a condição de sermos sujeitos de nossa própria vida, tem de ser absolutamente vivenciada por todos os seres humanos, particularmente pelas mulheres.

Há pouco menos de 80 anos, por volta disso, as mulheres não tinham o direito de votar, nem o direito de serem donas de seus empregos, nem donas da atividade desportiva que quisessem praticar, nem dona de seu desejo, nem de seu corpo. Enfim, eram consideradas desprovidas da condição humana, que passa pela condição de sujeito.

Não podemos sair da discussão da reforma política sem sairmos dos vergonhosos níveis de participação feminina que existem no Parlamento brasileiro.

Obviamente, queremos discutir reforma política não apenas do ponto de vista da democracia representativa, mas também da democracia direta. Tudo se combina: quanto mais participação direta, quanto mais democracia, mais se democratiza a própria democracia e mais se avança na democracia representativa, na medida em que se estimula a discussão da democracia direta e participativa.

Nos movimentos comunitários existem mulheres com participação muito incisiva, determinante, mas isso não se traduz na democracia representativa. Quando falamos sobre a participação das mulheres, queremos fazer uma discussão que não se restrinja a esse momento de reforma política, mas que possa ter seus desdobramentos. A ausência de mulheres no Poder Legislativo é um sintoma do nível de desigualdade que se expressa inclusive na sobrecarga das tarefas domésticas. Não há o compartilhar das tarefas domésticas.

Dispomos de um dado do Distrito Federal: cerca de 40% dos lares são sustentados financeiramente pelas mulheres; 68% das tarefas domésticas são exclusividade das mulheres. Se, de fato, queremos a democracia, temos de



compartilhar o espaço. Não queremos que as mulheres sejam vistas somente como planejadoras dos lares ou responsáveis pelas tarefas domésticas, porque queremos compartilhar.

No Brasil 10% das crianças que nascem não têm o nome do pai. É como se os homens se sentissem no direito de optar se serão ou não pais de seus filhos.

Portanto, não se compartilha também a educação de nossos meninos e meninas. Nesse quadro, há duas opções: ou atribuímos a essa realidade a dificuldade de transformação; ou fazemos deste espaço de reforma política um local para transformarmos essa realidade.

Ouçoo muitos dizerem: *“Aqui não existe tradição de partidos políticos; aqui o voto é personalizado; aqui é uma lógica imperial no exercício da política.”* Então, o sistema político que queremos reformar é utilizado como argumento para não promovermos as reformas necessárias. O diagnóstico feito não pode nos paralisar no processo de transformação, mas tem de nos impulsionar para modificarmos a situação que hoje vivenciamos.

Estou cansada de ouvir que as mulheres são culpabilizadas ou responsabilizadas pelo próprio machismo. Ou seja, não existe a participação das mulheres, porque elas não se dispõem a concorrer aos cargos do Legislativo, ou aos cargos eletivos. As mulheres têm 30% de cotas, mas muitas têm dificuldades. É difícil recrutá-las. É como se tivéssemos de ser recrutadas, e não houvesse um processo. Os partidos têm de voltar os olhos para a ausência da discussão de igualdade de direitos na vida partidária.

Portanto, não podemos mais admitir que os homossexuais sejam responsabilizados pela homofobia, os negros, pelo racismo e as mulheres, pelo próprio machismo.

Nós queremos avançar, e avançar significa alternância de gênero. Obviamente, essa proposta envolve uma série de desdobramentos: queremos a parcela no financiamento público, no fundo partidário, nos espaços eleitorais; queremos um processo de educação política, em que a democracia participativa desempenhada pelas mulheres no dia a dia se transforme também na representação política. Precisamos fazer essa relação com o movimento comunitário. A participação direta tem um desdobramento e uma continuidade inclusive no sistema



de democracia representativa. Ou damos um passo adiante agora, ou estaremos concordando com o nível de desigualdade verificados em vários aspectos. Se assim o for, estaremos fazendo muito pouco para a transformação da sociedade.

Tenho a impressão de que ficaremos estagnados enquanto houver nível de desigualdade de direitos entre setores minoritários: mulheres, negros. Não somos minorias, mas somos setores minoritários da sociedade. Se não dermos esse passo adiante, a democratização do Poder Legislativo será um faz de conta. Chegamos a um ponto que é inadmissível ficarmos nesse faz de conta de que vivemos numa democracia racial, que há uma tolerância com esse sutil nível de violência, e às vezes nem tão sutil, que envolve as mulheres.

Também queremos inserir na discussão de alternância de gênero a violência doméstica, porque ela não fica nos limites da casa, mas sai por debaixo da porta, pelas frestas da própria casa e invade a sociedade.

Precisamos assegurar alternância de gênero na reforma política, para construirmos uma verdadeira democracia.

Por isso, parabênzo a Dra. Guacira pela sua exposição e pela sua militância na área, dando-nos oportunidade de trabalhar em prol de uma sociedade melhor. Foi muito bom ouvi-la.

Aproveito para dizer que ontem aprovamos, em audiência pública, requerimento para discutir alternância de gênero. Obviamente, ainda iremos formalizar a reunião, convidaremos os Parlamentares da Argentina, para nos trazerem sua experiência, que nos mostrarão como aquele país hoje tem 40% de participação feminina, por meio da reforma política da alternância de gênero. Claro, queremos também o CFEMEA e a Dra. Guacira nessa audiência pública.

Parabéns, Dra. Guacira!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Dra. Guacira, inicialmente parabênzo V.Sa. pela exposição e pela postura assumida frente ao CFEMEA. Saliento ainda que a sub-representação das mulheres nos Parlamentos é um fenômeno mundial.



Fiz um levantamento há uns 10 dias — não tenho comigo, porque deixei no Piauí —, e a representação das mulheres nos Parlamentos do mundo é em torno de 10%, 12%, 15%, e às vezes menos. Nos países nórdicos, notamos uma diferenciação. Na Suécia, na Finlândia, a participação das mulheres é bem mais expressiva. Agora o que aconteceu na Argentina também está servindo de exemplo como um país onde as mulheres estão tendo participação muito mais efetiva. Mas no caso do Brasil, que é de nosso interesse, em vez de melhorarmos com o tempo, estamos piorando. A senhora mesmo mostrou as estatísticas em que as mulheres estão cada dia mais sub-representadas.

Para mim, a causa disso a senhora abordou: trata-se da influência do poder econômico nas campanhas brasileiras. O que mais pesa hoje na representação das mulheres é o fato de elas não terem o mesmo nível de renda dos homens, porque não vejo preconceito na sociedade em votar em homem ou mulher. Inclusive temos várias colegas Deputadas no Piauí. O meu partido no Piauí, o PMDB, do qual sou Presidente, dos seis Deputados, duas são mulheres, que receberam expressivas votações. Não vemos dificuldades de preconceito.

Não quero aqui demonizar a lista aberta, mas acho que o sistema lista aberta privilegia sempre o mais poderoso: o poder econômico mais forte; o poder político mais forte; aquele que é pastor protestante, que tem uma clientela; aquele que é radialista, que tem audiência; aquele que é humorista, que tem aquelas pessoas com quem se comunica. Então, esse sistema que termina por sub-representar o negro, a mulher e outros segmentos de nossa sociedade.

Não quero santificar a lista fechada; todos têm seus defeitos e suas virtudes. Mas penso que na lista fechada, como é o caso da Argentina, essas sub-representações teriam correções ao longo do ano. Por quê? Se fizermos uma lista no nosso partido para apresentar à sociedade, teremos mais chance de obter êxito, de obter mais votos na sociedade se ela tiver melhor representação da sociedade que vai votar. Se eu apresentar uma lista que tenha empresário, trabalhador, negro, branco, professor, médico, mulher, atenderei a todos os gostos da sociedade.

Acredito que se fizermos a lista fechada no Congresso, de certa forma, levaremos os partidos consciente ou inconscientemente a diversificar ainda mais os



seus quadros políticos exatamente para conseguir maior repercussão na sociedade e angariar mais votos.

Então, acho que esse seria o caminho. Em princípio são contra a imposição, a exemplo de cotas. Não significa que não possamos discutir, mas quando a pessoa é obrigada, terminamos gerando um artificialismo que não corresponde à realidade da sociedade.

Com certeza, precisamos encontrar um mecanismo que, espontaneamente, a sociedade vá se reorganizando e se reformulando, como ocorre na Suécia. Se não me falha a memória, parece que 38% ou 42% da representação do Parlamento sueco é composto de mulheres. Quer dizer, a mulher já adquiriu um *status* na Suécia, onde essa questão de gênero é insignificante, desprezível. Nós poderemos chegar a essa condição também no Brasil. Agora, nós temos que ajudar.

Eu achei a proposta de extinção da reeleição que V.Sa. fez, como todo o respeito, tão irreal, tão dissociada da realidade, que eu pensei que V.Sa. estivesse se referindo aos cargos majoritários de Prefeito, Governador e Presidente. Lutamos para terminar com a reeleição destes cargos, porque os detentores deles estão com o poder na mão, e isso provoca a distorção no resultado eleitoral. Mas acabar com reeleição simples não é o bom caminho, é uma proposta muito radical. Eu acho que isso não existe em país nenhum do mundo, pelo menos que eu tenha conhecimento. Nunca ouvi falar num país em que a pessoa só pudesse se candidatar uma vez. Não sei que benefício isso poderia trazer ao país. Não estariam aqui a Deputada Luiza Erundina e a Deputada Íris de Araújo. Por quê? Só se pode ser candidato uma vez na vida? Eu acho essa proposta sem propósito.

Se formos por esse radicalismo, encontraremos cada vez mais barreiras. Por quê? Eu não conheço ninguém que, em sã consciência, seja contra representação maior das mulheres, dos negros, de todos os segmentos da sociedade. Nós somos contra a representação que tem hoje a sociedade no Parlamento porque temos a consciência de que, se continuarmos assim, cada vez mais os poderosos se representarão. As pessoas bem dotadas de talento, que têm espírito público, que gostariam de contribuir para seu país, para seu Estado, para seu Município ficam inibidas porque, quando chega a hora das campanhas — como ocorre hoje —, veem quanto é preciso para gastar numa eleição. *“Ah, tenho que gastar 1 milhão.”* A



peessoa não tem para gastar nem mil, quanto mais 1 milhão. Aí termina ficando inibida. Esse é o fator preponderante que está levando a uma sub-representação das mulheres.

No mais, parablenizo V.Sa. pela excelente explanação que fez hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Vicente Candido.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, parablenizo a Deputada Luiza Erundina pelo requerimento, bem como agradeço à Sra. Guacira a contribuição ao debate.

O primeiro efeito da instalação desta Comissão é trazer pessoas como V.Sa. — e já vieram aqui lideranças de entidades como a OAB, a CNBB, entre outras — para tirar do Planalto a exclusividade do debate sobre a reforma política.

Estou ansioso para, na hora em que esta Comissão começar a rodar o Brasil para auscultar a sociedade, abrir audiências públicas e ouvir a palavra não só de lideranças de entidades como a que V.Sa. aqui representa, mas também do cidadão comum, do eleitor, do não eleitor, do jovem. Num segundo momento, a partir da mudança cultural, da tomada de posição da sociedade, por meio dessas audiências, poderemos transformar esse pensamento em normas, em direitos no Congresso Nacional.

Nesse sentido, em concordância com boa parte da exposição de V.Sa., aproveito para falar sobre o reparo que faz o Deputado Marcelo Castro em relação às cotas em lista fechada. A aprovação da lista fechada já seria, para mim, uma grande revolução no modelo eleitoral brasileiro, mas não acho, Deputado Marcelo, que com isso haveria maior participação de mulheres, negros, índios, jovens. Seria apenas um tapinha nas costas. É preciso haver um consenso progressivo, como V.Exa. está sugerindo.

Num primeiro momento, sou a favor da instituição das cotas, porque precisamos dar um choque cultural nesse debate. Até persigo esse modelo que V.Exa. coloca — ele é interessante e virá com o tempo —, mas não acredito que os dirigentes dos partidos políticos, na sua totalidade, praticamente, composta de



homens, abrirão espaço para as mulheres, os negros, os jovens e outros setores excluídos do fazer político do dia a dia.

Não acho que só as mulheres estão prejudicadas. O modelo político brasileiro, sobretudo o de financiamento de campanha — V.Exa. aprofunda muito bem a questão; já ouvi exposição de V.Exa. em reunião da Comissão —, exclui as pessoas de bom senso e racionais que querem fazer política, mas na vida prática não conseguem se encontrar no modelo atual brasileiro.

Logo, a lista partidária, ou outro modelo, ou o voto distrital misto, como aqui defendem algumas bancadas, é um modelo para que possamos instituir o financiamento público e, a partir daí, trazê-lo para a política, com outro pensamento, com outra cultura, combatendo inclusive o mal que setores da mídia fazem à política brasileira ao dizer que política se faz com pessoas e não com partidos.

Esse debate e essa reflexão nos ajudará muito a mudar a cultura brasileira errada de que a política privilegia as pessoas, e não privilegia os partidos, porque, na campanha eleitoral, como se dá hoje, entre Poder Executivo e Poder Legislativo, o Poder Legislativo perde espaço, não consegue expor suas ideias e dizer as competências de cada Parlamento que disputa as eleições no momento.

Acredito que a partir desta Comissão, das andanças pelo Brasil, de poder ouvir pessoas como a Sra. Guacira e outras lideranças que aqui ainda virão e também exemplos internacionais, como o que queremos provocar, adquiriremos consciência suficiente para, em breve prazo definido pelo Congresso Nacional, ter outra formatação do fazer política no Brasil.

Parabéns!

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Concedo a palavra à Deputada Íris de Araújo.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nada que eu dissesse aqui, Guacira, acrescentaria tanto quanto o que já disseram os nossos colegas. Eu gostaria muito mais de ouvi-la, porque V.Sa. está aqui para nos prestar esclarecimentos e, logicamente, com a sua palestra, trazer-nos componentes diversos dos que muitas vezes estamos pensando.



Acho importante que a Comissão tenha decidido pelas audiências públicas, porque elas nos propiciarão olhar diferente do que muitas vezes estabelecemos no Parlamento. Cria-se, de certa forma — a palavra é um pouco forte —, o vício de falarmos e ouvirmos apenas o que queremos e nos interessa. Isso é verdade.

A reforma política passa principalmente por deixarmos de lado determinados conceitos hipócritas e levarmos em consideração o que o povo quer. Por isso, o plebiscito pode ser importante ferramenta para a mudança desse pensamento e desse conceito.

Na audiência pública teremos grupos de mulheres participantes. A associação das donas de casa têm de participar, a das empregadas domésticas também. Só dessa forma poderemos ter novo componente de uma reforma que possa criar uma condição em que as mulheres digam “sim” à participação política.

Concordo quando o Deputado diz que muitas vezes a mulher não participa e diz: *“Eu não vou entrar nisso, que isso é coisa de homem ou então de grupos que não estão preocupados conosco, usam seu cargo e seu poder para passar o povo para trás.”* Eu defendo o voto distrital puro — sou um pouco solitária nesse ponto. Lógico que essa é a minha defesa e, evidentemente, vou me adequar àquilo que for melhor para uma reforma que satisfaça realmente aquilo que buscamos. Não acredito que o voto distrital possa prejudicar as mulheres, mas sim conceito dos partidos políticos.

Eu fui dirigente partidária do PMDB, em Goiás, por dois mandatos, fui Presidenta do PMDB nacional por um ano, a primeira mulher presidenta do PMDB, e conheço bem os meandros, e considero que temos, primeiro de tudo, ouvir a sociedade, senão essa reforma pode ser uma reforma manca, capenga e que não obterá o respaldo da sociedade. Posso até estar na contramão do meu partido com o distritão, mas ninguém é obrigado a pensar igual.

Agradeço imensamente à Dra. Guacira a presença e a contribuição do seu depoimento. Parabênzo V.Sa. pelo relevante trabalho feito ao longo dos anos nessa importante entidade, o CFEMEA. Foi um prazer ouvi-la, pois pude aprender um pouco mais.

Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Com a palavra o Deputado Reguffe.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, tentarei ser breve, até porque tenho de voltar para o plenário, onde está se discute se será votado um projeto de interesse da população do Distrito Federal e vou ter de participar do debate.

Desejo apenas externar minha posição sobre as reeleições, que é muito importante, principalmente para a Comissão que tem o intuito de fazer nova modelagem do sistema político.

Sou defensor do fim da reeleição para cargos executivos e do limite de uma única reeleição para cargos legislativos. Sei que é uma posição minoritária nesta Casa, mas penso que isso ajudaria a oxigenar e renovar constantemente a política. O sistema seria muito bom se fosse constantemente oxigenado, renovado. Isso daria mais chance a mais gente de entrar na política, isso faria com que a política fosse um serviço, e não uma profissão. Claro que em um novo sistema político — ele começaria a valer a partir de 2014, para não tirar o direito adquirido de ninguém — isso seria importante para tornar a política mais acessível ao cidadão comum.. Repito, acho que o sistema tem de ser constantemente oxigenado.

Deixo, portanto, como sugestão a esta Comissão a possibilidade de se pensar no fim da reeleição para cargos executivos. Às vezes, a pessoa passa o mandato inteiro no Executivo mais preocupada com a sua reeleição do que com as suas responsabilidades do cargo com a população. No Legislativo, a pessoa depois pode assumir outro cargo.

Repito, na minha opinião, o sistema tem de ser constantemente oxigenado e renovado para o bem da sociedade. Quando a pessoa fica muito tempo num cargo, começa a se achar dona dele, começa a perder, aos poucos, a percepção de que ela é apenas um representante.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Sr. Presidente, não sei se V.Exa. registrou e se é do conhecimento de todos, mas quero registrar o trágico



acontecimento no Rio de Janeiro ocorrido agora de manhã, em que um rapaz de 23 anos entrou numa escola e, de arma em punho, saiu atirando nos alunos, matou 11 crianças, feriu 17 e depois cometeu suicídio. Foi um acontecimento lamentável.

O Plenário ainda há pouco fez 1 minuto de silêncio. E queríamos, neste momento, nos solidarizarmos com os pais, com as crianças, com a escola e com os professores.

Essa onda de violência — não sabemos mais detalhes desse fato lamentável — merece profunda reflexão de todos nós, diante agora deste acontecimento dramático no Rio de Janeiro, em Realengo, onde está situada a referida escola.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Feito por V.Exa. o registro sobre esse fato, entendo que todos nós temos a lamentar. Aliás, são fatos extremamente desnecessários, mas já tendo ocorrido, que se prestem à reflexão da sociedade e sobretudo de nós políticos, representantes do povo. É necessário criar condições, políticas públicas não apenas de governo, mas de Estado, para que as relações sociais se estabeleçam de forma civilizada. É lamentável que fato desta ordem aconteça. Isso demonstra um desajuste mais do que o normal ou o corriqueiro, para usar expressão mais adequada.

Trata-se de algo que se enxerga não apenas na sociedade brasileira, mas em vários outros países. Essa não é uma tendência apenas de países em desenvolvimento, de Terceiro Mundo, mas também de países do Primeiro Mundo. Os Estados Unidos têm sido exemplo nefasto desse tipo de comportamento. Com isso nos sentimos até impotentes para qualquer reação; a melhor delas é a reflexão, a conscientização da sociedade, da classe política, para que encontremos meios e instrumentos para responder à altura a esse tipo de degeneração e de esgarçamento do tecido social. É uma coisa bárbara essa que acontece na sociedade contemporânea.

Passamos a palavra à expositora para as considerações acerca de tudo o quanto foi dito até o presente momento pelas Sras. Deputadas, pelos Srs. Deputados.



Nesta sessão, reservamo-nos para falar depois de todos os inscritos, mas gostaria também de fazer alguns questionamentos e algumas observações à manifestação de V.Exa.

Isto posto, passo a palavra à expositora para sua manifestação acerca do que já foi dito.

A SRA. GUACIRA CÉSAR DE OLIVEIRA - Querida, mais uma vez, agradecer a oportunidade de estar aqui, os tantos questionamentos relativos às propostas e o enriquecimento dessas propostas que apresentamos para debate, começando pela questão da reeleição que suscitou tantas perguntas.

Quando abordei a questão da reeleição, quis dizer — inclusive citando o Prof. David Flecha — que ela tem servido como instrumento não visível do sistema político e eleitoral para manutenção no poder dos mesmos grupos que sempre estiveram no poder com aquelas pessoas que aqueles grupos representam.

A reeleição dentro de um sistema, por exemplo, de lista fechada com alternância de sexo — dado que as mulheres não passam de 10% do Congresso — perde um pouco a força, na medida em que a lista fechada com alternância de sexo já é um instrumento que, necessariamente já combate essa estratégia de reeleição para manter os mesmos nomes no poder, uma vez que possibilita a ocupação de novas representações no Congresso Nacional. A reeleição no âmbito Congresso hoje implica manutenção dos mesmos grupos no poder.

O que eu estava denunciando é que a cota que as mulheres estão pretensamente disputando não é real, não existe. A cota realmente efetiva é a cota da reeleição. Se 70% daqueles que chegam ao Congresso Nacional estavam no exercício de algum mandato e estão sendo eleitos, as mulheres que nunca estiveram no poder — grande parte delas nunca estiveram — só têm os outros 30%. Por sinal, não vão disputar apenas entre elas, mas com todos os homens que ainda não ocuparam lugar no poder. Então, elas entram disputa para ocupação desses espaços de poder.

Então, o que funciona, no sentido da exclusão, é o sistema eleitoral como um todo, e o seus vários dispositivos operam nessa direção, inclusive anulando aquilo que desde 1995 se colocou para superar a sub-representação feminina. Ou seja, a política de cotas não se conseguiu implantar, não se conseguiu garantir os 30%, não



se conseguiu forçar os partidos a implantarem políticas internas, não se conseguiu assegurar um lugar nas campanhas eleitorais, ou algo que possibilitasse as mulheres serem eleitas. Então, o sistema todo opera inclusive contra algum dispositivo dentro do próprio sistema que o contraria, anulando esse dispositivo — no caso, aquele que previa e prevê a política de cotas. Aí opera nos vários lugares, no âmbito do partido político, da Justiça Eleitoral, nos meios de comunicação e em vários lugares, de maneira que a decisão para quebrar esse processo tem de ser a alteração profunda do sistema. Uma medida pontual aqui e ali, nesses 22 anos de democracia, já nos permite constatar que isso não funciona, não é assim que isso vai dar certo.

Gostaria muito de ter a prestação de contas dos partidos políticos em relação aos 5% previsto na última mudança da legislação sobre se foram e como foram utilizados para promover a formação política e a igualdade. Eu creio que vamos chegar a mesma conclusão: isso não será cumprido enquanto não houver alteração do sistema como um todo.

Então eu vejo a lista fechada, com alternância de sexo, como um dispositivo capaz de produzir a mudança na profundidade que ela tem de ser feita.

E aí, Deputado, permita-me fazer uma observação com relação a essa lista fechada com alternância de sexo. Eu, de maneira alguma, acho que seja uma medida autoritária. Defender a democracia não é autoritarismo.

Se nós temos uma Constituição que garante a igualdade de direitos, as mulheres têm de ter o direito real de participar, e o que o sistema tem feito até agora tem sido negar-lhes esse direito real, contra a vontade das próprias mulheres, que se têm disposto a isso.

Eu gostaria muito que todos vissem nas políticas de cotas, nas ações afirmativas e nas iniciativas que são adotadas em busca da igualdade das pessoas, não um autoritarismo, mas, pelo contrário, um compromisso profundo com a democracia, criando instrumentos para que a igualdade, princípio fundamental da democracia, possa se realizar inclusive dentro dos espaços de poder.

Os cálculos demográficos apontam que, se continuarmos no passo em que estamos, só em 2218 vamos alcançar a paridade entre homens e mulheres na política. Repito: somente em 2218. Isso, sim, é autoritarismo, exclusão, injustiça e



desigualdade contra as mulheres. É isso que se quer combater ao se propor uma lista fechada com alternância de sexos, não uma medida autoritária. Queremos garantir processos realmente democratizantes.

São muitos os processos que impedem a participação das mulheres na política. A Deputada Erica Kokay citou a dupla jornada de trabalho das mulheres como elemento fundamental. Sem dúvida, nós também problematizamos, além das outras questões que já apontei, como o poder econômico e a violência contra as mulheres, a questão do tempo que a política exige para ser praticada, para ser exercitada. Esse não é um elemento menor. E as mulheres têm que dedicar muito tempo para o trabalho produtivo e para o trabalho reprodutivo.

Como já foi dito, a jornada de trabalho das mulheres é maior do que a dos homens. Quanto pior é a condição social, ou quanto menos condição socioeconômica ela tem, maior é o trabalho que ela realiza em relação ao homem da sua própria camada social. Então, quando falamos em fazer uma campanha eleitoral, estamos também falando em anos anteriores de dedicação ao trabalho político e de ter de redobrar essa disposição política no momento da campanha eleitoral.

E, além desse elemento que tantas mulheres se têm disposto a enfrentar, a desvantagem de ter menos tempo para dedicar à política, a essa terceira jornada — para os homens, o trabalho produtivo e a política constituem apenas duas jornadas de trabalho —, as mulheres enfrentam o trabalho reprodutivo, o trabalho dentro de casa e o trabalho produtivo, para garantir o sustento de sua família. Ter políticas públicas que assegurem à mulher condições para aliviar o peso da dupla jornada é um elemento fundamental para que possamos criar espaço para que elas tenham maior participação política.

Enquanto as mulheres tiverem que assumir os ônus da irresponsabilidade do Estado na garantia de creches, de restaurantes públicos, e da irresponsabilidade da iniciativa privada com a garantia de direitos já conquistados nesse âmbito da função social da maternidade, do alívio da sobrecarga de trabalho, e enquanto dentro da família preponderar a ideia machista de que cuidar dos idosos, das crianças, é tarefa exclusiva das mulheres, vai ser dura a batalha das mulheres para participar da política. Vai continuar sendo dura a batalha, mas as mulheres estão na política! Nós



não estamos é no poder. E não estamos no poder porque o filtro dos lugares de poder é extremamente rigoroso, e rigoroso no sentido excludente.

Nós mulheres somos a maioria em grande parte dos partidos políticos e somos a minoria absoluta nas direções partidárias, de maneira que um dos elementos para a exclusão das mulheres na política está dentro dos próprios partidos.

Nesse sentido, pensar a reforma política com lista fechada e alternância de sexo implica também pensar como democratizar as próprias estruturas partidárias. Isso é necessário porque, como a Deputada Íris destacou, essas estruturas são poderosas, quando querem manter o poder em determinadas mãos, quando querem excluir as mulheres. Basta ver a composição das estruturas dos diversos partidos políticos para constatar isso. Se chegarmos mais fundo e vivenciarmos essas estruturas, vamos então saber o quanto é dura a batalha, como certamente o sabem a Deputada Íris e todas as demais Deputadas, até porque chegaram até aqui, já experimentaram isso. Mas as mulheres estão comprando essa batalha!

Eu disse, na minha exposição, que aumentou, na última eleição, em 50% o número de mulheres candidatas. E, em que pese esse aumento do número de mulheres candidatas, essa disposição das mulheres, a proporção entre candidatas e eleitas foi reduzida substancialmente a quase a metade. Não conseguimos aumentar o número de candidatas e, ao mesmo tempo, aumentar o número de mulheres eleitas, porque o sistema opera todo o tempo no sentido da exclusão.

O Movimento de Mulheres traz a agenda da reforma política há bastante tempo. Eu diria que, dentre os movimentos sociais, somos um dos que se têm interessado muito por essa discussão. No debate da minirreforma passada, nós realizamos várias discussões. O Deputado Rubens inclusive participou de alguns seminários que nós organizamos com mulheres de diferentes partidos políticos, com fundações e lideranças partidárias. Há vários estudos sobre essa questão e muitas demandas e propostas concretas das mulheres.

Se conseguimos mudar a legislação no mínimo que se conseguiu em relação às cotas foi porque o Movimento de Mulheres esteve organizado, presente, exigente, aqui dentro, e vai continuar presente e exigente. Os senhores e as senhoras



poderão constatar, no momento em que chegarem com essas audiências públicas aos Estados, a presença do Movimento de Mulheres.

Este ano, inclusive, em agosto, esperamos ter aqui, em Brasília, a maior manifestação de movimentos sociais que já houve nesta Esplanada dos Ministérios. Essa manifestação vai ser do Movimento de Mulheres. A maior manifestação de movimentos sociais na Esplanada dos Ministérios vai trazer para cá também a pauta da reforma política.

A Marcha das Margaridas está sendo organizada por várias redes nacionais do Movimento de Mulheres. A nossa expectativa é trazer a Brasília 100 mil mulheres. E a reforma política está completamente na nossa pauta.

A Marcha das Margaridas, organizada pela CONTAG, pela Articulação de Mulheres Brasileiras, pela Marcha Mundial de Mulheres, enfim, por diversas redes nacionais do Movimento de Mulheres, tem muito claro que cota era o mínimo e igualdade é o máximo, é o que queremos.

Vamos disputar essa questão na sociedade e reivindicar dos Parlamentares e das Parlamentares pelo menos um compromisso efetivo com essa questão.

Para nós, do CFEMEA, e para várias articulações e redes nacionais do Movimento de Mulheres, a Frente Parlamentar da Reforma Política com Participação Social é uma iniciativa da maior importância. Estamos participando dela desde a legislatura anterior. É um espaço de aprofundamento da discussão, um espaço absolutamente inovador, na medida em que congrega não só a presença e a participação dos Parlamentares, mas também a presença, a participação e a iniciativa dos movimentos sociais nesse tema tão importante. Afinal de contas, discutir a forma como o poder é exercitado é uma questão que diz respeito muito mais do que às nossas representações, muito mais do que aos partidos políticos; diz respeito também à cidadania. No nosso entendimento, o poder é da cidadania. Ele nunca está total e completamente delegado aos nossos representantes e às nossas representantes. Ele é nosso.

Então, uma Frente Parlamentar que tem essa característica, que tem esse poder de diálogo, esse poder de abrir e democratizar o debate, é algo que tem todo o nosso aplauso e, muito mais do que o nosso aplauso, o nosso empenho.



Esse nosso empenho vai se traduzir em mobilizações, durante todo o ano, do Movimento de Mulheres, inclusive com outros movimentos sociais, em iniciativas populares de debates e discussões.

Portanto, para democratizar a política, para aproximar as mulheres do poder, aproximar os setores que, na história deste País, sempre estiveram excluídos dos lugares de decisão — as mulheres e muitos outros —, contem com esse esforço organizado, articulado e decidido, porque vamos nos organizar e trabalhar nesse sentido. Aliás, já estamos trabalhando e nos organizando nesse sentido, não é?

O CFEMEA faz parte da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político e vai estar, vamos dizer, dentro dessa grande articulação de movimentos sociais, participando ativamente dessa discussão.

Para nós também a reforma política não é uma reforma só do sistema eleitoral, é uma reforma de todo o sistema político. A Deputada Luiza Erundina tem acompanhado, através da Frente, em diversos momentos, toda a nossa elaboração e contribuído muito com esse debate. Nós agradecemos muito a S.Exa, inclusive o convite para aqui estarmos trazendo um pouco do acúmulo de experiência que adquirimos ao trabalharmos nesses espaços.

Sabemos que o sistema eleitoral é uma parte da discussão, é uma parte do problema. Ele é maior do que isso, mas essa parte do problema pode produzir mudanças substantivas e depende das alianças e dos compromissos com a radicalização, com o aprofundamento da democracia que o Parlamento for capaz de fazer.

Nós mulheres somos muito poucas aqui dentro. Os segmentos excluídos da sociedade brasileira, ou os segmentos que estão em situação de injustiça, de desigualdade, na sociedade brasileira, além das mulheres, são também sub-representados dentro do Congresso Nacional. As mulheres indígenas, as mulheres negras, as mulheres trabalhadoras, as mulheres desempregadas vamos estar, de diferentes maneiras, organizadas, chamando a atenção para quão evidente é essa exclusão quando se trata das mulheres, esperando ter aqui dentro, apesar de não termos uma representação do tamanho que queremos, as alianças do tamanho que a democracia e o compromisso democrático demandam para produzir as transformações, no sentido de maior justiça, de maior igualdade.



Para concluir, quero reafirmar, na questão da reeleição, que não tenho muito mais do que a defesa do fim da reeleição para o Legislativo. Meu intuito foi, sim, denunciar que a reeleição é um dos mecanismos no atual sistema que operam fortemente para a exclusão de todos os que nunca estiveram, não estão ou estão muito sub-representados dentro do Congresso Nacional, muito mais do que defender que a reeleição com um mandato aqui dentro seja uma proposta para a reforma eleitoral. Mas temos que estar atentos para pensar, inclusive, em limitações do número de mandatos, em mecanismos que digam respeito aos processos de reeleição que cristalizam no poder os mesmos grupos, as mesmas pessoas durante décadas a fio.

Espero ter conseguido dialogar com as várias questões apresentadas. Sei que foram muito desafiadoras.

Era o que tinha a dizer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Como havia afirmado anteriormente, gostaria de fazer algumas considerações e possivelmente alguns questionamentos.

Não sei se vou colocar alguma pitada de sal no debate, mas devo dizer que participação não deve ser concessão, deve ser conquista. Quando digo isso, não me refiro apenas ao segmento mulheres. Quero dizer que nada deve ser por concessão. A evolução se dá por conquista.

Sinto-me extremamente à vontade para fazer algumas críticas, dentro da dialética civilizada, afirmando que fui pobre, materialmente. Desde a minha infância até a idade em que me encontro, o meu melhor amigo era e é um negro, com o qual convivi na infância, na adolescência, na juventude e na vida profissional e política. Negro e pobre, conseguiu todos os graus acadêmicos, e com ele instalei e mantive o primeiro escritório de advocacia. Ele foi meu assessor e secretário quando Prefeito de Aracaju e hoje é professor da Universidade Federal e ocupa a primeira cadeira da Academia Sergipana de Letras, cujo patrono é o grande filósofo e jurista Tobias Barreto.

Ao longo da minha profissão, abri outro escritório com cinco companheiros advogados, dos quais dois negros. Quando tive que trabalhar a eleição dentro de um



partido, à época o PDT, trabalhei a eleição de um Vereador negro. No exercício da minha profissão de advogado, fui advogado dos índios xocós, em Sergipe, em questões fundiárias contra grandes latifundiários e homens fortes na política e no *establishment* político do nosso Estado. Portando, sinto-me bem à vontade para fazer a crítica a qualquer tipo de cota.

Eu sou contrário a qualquer tipo de cota, por filosofia, por vivência, por relacionamento social. Eu não sinto diferenças. Eu não vejo diferenças. Eu nunca enxerguei diferenças. As diferenças que apontam nunca tiveram nenhum peso na minha vida, nos momentos de tomar decisões e fazer definições.

Sei que é forte o que vou dizer, mas ruim é ressaltar e realçar as diferenças, se é que elas existem. Para mim, elas não existem.

Com isso, não estou querendo afirmar que não exista discriminação. Discriminação existe. Quantas e quantas sociedades fazem diferenças e discriminações? O que eu entendo e propugno é exatamente a criação de instrumentos que punam as discriminações, as diferenças, mas não a construção do que chamam de políticas afirmativas que venham exatamente estabelecer, no consciente e no inconsciente coletivo, a imagem de que há diferenças. Acho que não é uma boa contribuição.

Há em algumas universidades cotas — raciais, de nível social. Não sei se lá na frente, quando a iniciativa privada tiver que contratar um engenheiro, a empresa não vai procurar saber se o título acadêmico dele decorreu de um ingresso na academia por meio de cota.

Outro dia li entrevista, nas páginas amarelas da revista *Veja*, de um americano negro, em que se aborda exatamente essa questão.

Eu não tenho visto nenhuma oposição à participação da mulher na política. Nós temos uma Presidenta, eleita em eleições livres, pelo sufrágio universal, ou seja, aberto a todos os segmentos, com voto direto e secreto.

Eu entendo que esse tipo de mudança não se faz do dia para a noite e muito menos por decreto. Não se faz por decreto. Eu acho que se faz por conscientização.

Houve aqui a citação da Argentina. Convenhamos! Não trago aqui nenhuma novidade, mas na América Latina, ou na América do Sul, nós sabemos que a



Argentina e o Chile possuem nível de politização bem superior ao do Brasil. E quando eu digo que não se faz por decreto é porque também não se faz por lei.

Estou aqui com o texto da Lei Eleitoral, Lei nº 9.504. A redação anterior, no art. 11, § 4º, dizia o seguinte: *“Na hipótese de o partido ou coligação...”*. (Pausa.) Perdão, não é esse. (Pausa.) Art. 10. É que eu vim para a Internet exatamente porque aqui nós temos a redação anterior.

“Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher”.

É o *caput* do art. 10. O § 3º desse artigo, com a redação anterior — revogada, portanto —, diz assim:

“Art. 10.....

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá” — vejam o verbo: *deverá* — *“reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo.”*

Esta redação foi revogada pela Lei nº 12.034, de 2009, como se se estabelecesse conscientização por decreto, por lei. E a nova redação diz o seguinte:

“Art. 10

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá” — é um verbo imperativo, impositivo, determinante — *“o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.”*

Trocou-se a expressão *“deverá”* por *“preencherá”*. Sim, mas os partidos não conseguem esse número. Por não cumprir essa norma, o partido estará penalizado, na hipótese de não participar da eleição?

Confesso que eu gostaria de me penitenciar publicamente, e o faço citando um fato sobre impedimentos e dificuldades que os partidos criem em suas convenções — ou até mesmo por meio da legislação — à participação da mulher: eu, particularmente, não conheço.



Portanto, o que temos mesmo de fazer, e não apenas na questão eleitoral, é regulamentar menos. Temos de adotar aquela tese “*é proibido proibir*”, que vem do Tropicalismo, parece-me. Acho que proibimos demais, determinamos demais, queremos interferir demais. A sociedade precisa estar livre para reeleger o candidato. Se na reeleição alguém afirmar que há uso do poder político, o que é preciso coibir é o abuso do poder político, mas não o direito que o cidadão tem de ver o Executivo que ele aprova, ou o Parlamentar que ele aprova, eleito. Essa é a avaliação que faço.

Vou usar uma expressão de que gosto, porque também sou homem do campo, lá do interior de Sergipe, de Santa Rosa de Lima, de Nossa Senhora das Dores, pecuarista de pequeníssimo porte. A expressão é esta: “*Se a vaca tem um carrapato, não precisa matar a vaca, para matar o carrapato. Mata-se o carrapato, não a vaca.*” Por que eliminar o instituto da reeleição, que, na minha visão — e eu posso debater isso —, deu certo no Brasil? O instituto da reeleição não induz obrigatoriamente à reeleição. A Consultoria desta Comissão já me forneceu dados estatísticos e pesquisas de âmbito municipal que mostram que nem todo prefeito vai à reeleição e que nem todo prefeito que vai à reeleição se reelege. E há mais: nos cinco mil quinhentos e tantos municípios, a soma do número de prefeitos que não desejaram ir à reeleição com o daqueles que foram e perderam é superior ao dos que foram e se reelegeram. Então, essa história de se bater contra a reeleição, como se ela fosse determinante à obtenção de um novo mandato, cai por terra. Conheço prefeito, em Aracaju, que não foi à reeleição: João Gama da Silva. Não foi à reeleição. Conheço prefeitos do interior do meu Estado, um irmão, que foi à reeleição e perdeu. Conheço governador do meu Estado, João Alves Filho, que foi à reeleição e perdeu.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Sr. Presidente, peço um aparte.

Recebi uma informação do Dr. Chelotti, que é gaúcho, de que no Rio Grande do Sul, apesar da reeleição, nenhum governador se reelegeu, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Portanto, acho que, a título de abrir espaço, isso significa penalizar o eleitor. O eleitor precisa conscientizar-se disso. Se o erro está nele, que ele evolua e crie condições. Contudo, acho que a



sociedade precisa penalizar as discriminações, e penalizar com a mão do Estado, a mão forte e segura do Estado.

Eu já disse, e procurei demonstrar por “A mais B”, que enxergo seres humanos iguais em tudo. Sempre enxerguei assim, não vejo diferença. Falou-se que o atual sistema beneficia radialistas, pastores, atletas de futebol. Pedi à Consultoria da Câmara um levantamento. A realidade é diferente. Há poucos pastores. Eu não sou evangélico, sou cristão católico. Como o espiritismo não é religião, é uma doutrina, aprecio muito a doutrina espírita, mas não sou médium. Não me preocupo também em estar conduzindo pessoas nem convencendo pessoas. Mas é preciso dizer que há poucos pastores. Atletas de nomeada, há dois, três ou quatro. Não sei por que discriminar essas pessoas, não sei por que discriminar Tiririca. Eu não encontro razão para discriminar Tiririca, porque esta é a Casa da representação popular. Alguns iluminados lá fora acham que esta Casa deveria ser de doutores, mas lá fora não há só doutores. Esta Casa é o espelho da sociedade, que está lá fora.

Muda-se o sistema atual, que é proporcional, em lista aberta? Particularmente, defendo que se mude, mas não sob essa alegação. É sob a alegação de que o eleitor, quando votou em Tiririca, quis eleger Tiririca. Esta é a avaliação que faço, com todo o respeito e admiração por todos os que aqui se encontram. Aliás, todos estamos aqui em decorrência de uma legislação que está posta. Ninguém aqui burlou a legislação. Se não concordamos com ela, temos de mudá-la.

Cito apenas um exemplo. Fui Prefeito de Aracaju. Vez por outra, adversários, para fazer mesmo uma crítica, dizem-me: *“Ah, mas quando o senhor foi Prefeito de Aracaju não havia a Lei de Responsabilidade Fiscal. É por isso que o senhor conseguiu fazer isso, aquilo e aquilo outro.”* De fato, não convivi com a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas convivi com a Constituição Federal, que me parece superior à Lei de Responsabilidade Fiscal. A Constituição Federal estabelece aqueles princípios da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da razoabilidade. Na verdade, devemos mudar a legislação quando não concordamos com ela.



Feita essa peroração — e fiquei por último exatamente para não impacientar aqueles que estavam inscritos —, quero dirigir-me especialmente a V.Sa. para indagar: concretamente, na legislação ou na vida real existem dificuldades, impedimentos, obstáculos? Caso existam, devem ser removidos, para uma participação maior das mulheres, dos negros, dos índios, no exercício do mandato Legislativo ou Executivo?

Esse é um questionamento que deixo de forma mais expressa, direta, porque, em existindo, acho que deve ser preocupação nossa. No entanto, quero dizer que recebo a explanação de V.Sa. como da mais alta importância, porque, no mínimo — e não foi mínima, foi máxima —, é um alerta e um chamamento à mulher, à sua expressão, para que participe da vida pública, para que exerça os cargos da vida pública, para que se faça presente na vida pública.

Particularmente, confesso que em minhas audiências, na qualidade de advogado, quando eu estava no exercício da advocacia — é uma questão de preferência —, eu sempre preferia mulheres presidindo os trabalhos da Mesa, pela sensibilidade bem mais apurada dos fatos, pela postura mais sensível diante da realidade dura, das posições que elas precisavam tomar com imparcialidade, mas não apenas diante do texto frio da lei.

Portanto, devo dizer que o meu apreço a todos esses segmentos é imenso.

Aliás, não falei aqui do segmento *gay* e dessa coisa chamada homofobia, que certamente é um cancro. Eu tive e tenho inúmeros amigos *gays*. Participei de movimentos culturais com amigos *gays*, com os quais eu mantinha o melhor dos relacionamentos, inclusive quando eu era estudante de Direito e participava do coral da Universidade Federal de Sergipe. Lá eu convivia, relacionava-me e entendia-me maravilhosamente bem com amigos *gays*. Nunca tive esse cancro, essa coisa que está enraizada, arraigada, encrostada na sociedade, e que deve ser açoitada dela.

Portanto, minhas homenagens, meus parabéns a V.Sa. pela manifestação. Com certeza, os segmentos sairão desta sessão, com a palavra de V.Sa., numa situação bem melhor do que aquela em que se encontravam quando a senhora aqui chegou.

Muito obrigado.

Tem V.Sa. a palavra para as suas considerações.



A SRA. GUACIRA CÉSAR DE OLIVEIRA - Obrigada, Sr. Presidente.

V.Exa. fala a respeito da existência ou não de discriminação. Há muita discriminação contra as mulheres na política, o que as impede de chegar ao poder. Não é por outra razão que estamos reivindicando medidas concretas. Não é porque estamos com todos os caminhos abertos, ou porque as mulheres não querem, ou porque inventamos que elas deveriam e queremos agora arranjar um jeito de essa invenção se realizar. Não, é difícil mesmo! V.Exa. pode conversar com as Deputadas e Senadoras, que elas vão lhe contar as dificuldades que enfrentam.

As mulheres que chegaram ao Parlamento são privilegiadas: conseguiram enfrentar o poder econômico; conseguiram fazer campanha e serem exitosas; tiveram na sua família o apoio de que precisavam para dedicar tantas horas à política, durante tantos anos, antes de aqui chegarem — e também quando estão aqui.

A realidade das mulheres que não estão no Parlamento, em geral, é mais dura, na disputa pelo poder, do que a realidade das que estão. Estas, provavelmente, tiveram situações melhores do que a da grande maioria que está excluída. Nesse esquema de discriminação entra de tudo: violência psicológica, violência física, superexploração.

Deputado, se para concorrer a uma campanha eleitoral é preciso ter determinado montante de recursos financeiros — e as mulheres são as que têm menos recursos, entre todos —, esse elemento “poder econômico” impede as mulheres, na sua diversidade, de aqui chegarem, muito mais do que os homens. O número de mulheres nos segmentos mais empobrecidos da população é enormemente maior do que nos segmentos mais ricos da população. As mulheres são menos entre os mais ricos e mais entre os mais pobres. Aí também o poder econômico pesa de maneira substantiva.

A divisão sexual do trabalho, que coloca para os homens as tarefas produtivas e para as mulheres as tarefas reprodutiva e produtiva — ou seja, para os homens, o lugar do mercado de trabalho, e, para as mulheres, o lugar do mercado de trabalho e da casa —, implica grande ônus para as mulheres. Por isso, a nossa participação na política e as nossas possibilidades de disputa são muito dificultadas. Não é por acaso que se tem, dentro dos partidos políticos, direções partidárias



marcadamente, majoritariamente, totalmente masculinas, em vários casos: é porque quem esteve no poder quer continuar no poder e cria os mecanismos para continuar ali. Há efetivamente discriminação.

Se vamos falar em lei, em cumprir a lei, quero dizer que ninguém cumpriu a que mandava preencher as vagas de candidatos com 30%, no mínimo, de mulheres, e 70%, no máximo, de homens. E não era porque mandava ter 30% que se tinha de preencher com 30% de mulheres; podia-se simplesmente cortar o excedente de homens para haver esse equilíbrio de 30% e 70%. O problema foi que sobraram homens, havia mais de 70% de homens. Ora, se um partido tinha três candidaturas de mulheres, o máximo que ele poderia ter de candidatos homens, segundo a lei, eram sete. Se tinha quinze candidaturas de homens e apenas três de mulheres, deveria ter cortado o excedente de homens.

Sr. Presidente, a questão não era ter mais mulheres porque faltaram mulheres — todos os partidos tinham mulheres —, mas que o mínimo de mulheres deveria corresponder a 30% das vagas, e os 70% restantes poderiam ser preenchidos por homens. Se havia mais homens deveria haver mais mulheres.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - V.Exa. me permite fazer um aparte?

A SRA. GUACIRA CÉSAR DE OLIVEIRA - Pois não, Deputada. Com o maior prazer.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Como estamos num debate altamente produtivo sobre a questão da mulher, eu não poderia, ao ouvi-la, omitir o pensamento que está me ocorrendo.

A lei de cotas foi importante, sim. Ela abriu para as mulheres, de certa forma, um espaço que os partidos nunca abriram. Para dizer a verdade, os partidos continuam fechados. Faz parte da cultura machista ver a mulher em época de eleição como boa mobilizadora, embora as mulheres sejam mobilizadoras, entrem em qualquer espaço. Duvido que se faça campanha política neste País sem a presença feminina. Eu já disse isso em meu Estado: vai chegar o dia em que teremos de cruzar os braços para mostrar como se faz campanha política, e esta não se faz sem a mulher.

Guacira, vejo que a lei cotas criou, de certa forma, um monstro: a chamada mulher “laranja” — tem mulher melancia, mulher não sei o quê... Na hora



de preencher aqueles espaços que a lei determina, o partido se movimenta, fica agoniado, porque tem de encontrar nomes de mulheres, tem de preencher vagas com mulheres, e sai catando, aleatoriamente, fulana, beltrana e sicrana, que não têm vivência partidária. Por isso eu disse que as mulheres têm de praticar a política. É um trabalho a longo prazo, e nós temos de fazê-lo. Sem essa vivência, e sem aporte financeiro... Não vamos nos enganar: temos de fazer reforma política e financiamento público, porque ninguém aguenta mais fazer campanha com essa estrutura que estamos vivendo, inclusive com a compra de votos institucionalizada, com essa história de cabo eleitoral contratado.

Acabou-se com a possibilidade de criar os chamados showmícios, que eram também um horror. Ninguém mais queria ver o candidato; queria ver o cantor. Estou cansada de saber disso, como todo os que foram candidatos. Quando subíamos em um palanque ou palco, o povo quase nos mandava ir embora, porque estava doído para ver o Zezé Di Camargo, ou o fulano, que, regamente pagos, compareciam, para criar aquela movimentação. Graças a Deus, isso acabou.

Acabou-se também com camiseta e um monte de coisas, mas é preciso acabar com essa excrescência que é a contratação do cabo eleitoral, o que, para mim, é compra de voto. Cheguei a ouvir gente dizer: *"não contrata esse aí, não, porque a família dele é pequena. Tem de contratar gente com família maior, porque garante mais votos"*. Isso é um absurdo! É claro que precisamos ter a possibilidade de montar uma estrutura para fazer campanha, mas não pode ser essa coisa indiscriminada e legalmente aceita.

Então, criou-se a figura da mulher "laranja", que depois não se elege e cria um desconforto, um desalento para outras mulheres que poderiam ser candidatas, que dizem o seguinte: *"Eu não vou ser candidata, não. Até tenho vontade, mas não tenho dinheiro; depois, não vou me eleger"*.

Nós não queremos nada por decreto. Ninguém quer nada por decreto. Eu também condeno essa prática de achar que a mulher vai conquistar espaço por decreto. Não! É conquista também! Eu cheguei à condição de Deputada depois de ter militado trinta e tantos anos sem ter sido candidata, fazendo campanha para todo mundo, menos para mim.



Então, eu acho importante que tenhamos uma visão clara e realista de todos os itens que nós vamos debater nessa discussão que considero a mais séria que aconteceu até hoje neste Parlamento. Essa reforma não pode ser feita nem para mim, nem para a Deputada Luiza Erundina, nem para o nosso Presidente, nem para ninguém. É uma reforma feita para todos! E como tal ela deve ser encarada, sejamos nós homens ou mulheres.

A SRA. GUACIRA CÉSAR DE OLIVEIRA - Obrigada, Deputada. A questão das mulheres "laranjas" apontada por V.Exa. é, sem dúvida, um problema dos partidos políticos. Em 1988, a Constituição estabeleceu a igualdade de direitos entre mulheres e homens. Saímos da ditadura militar, começamos um processo de democracia em que as mulheres deveriam ter condições e direitos iguais de participar na política. Em 1995, incluímos na lei, por iniciativa da bancada feminina do Congresso Nacional, e que todos assinaram o projeto de lei que trata da política de cotas. De lá para cá, ou seja, dos 22 anos da Constituição e dos 15 anos de política de cota, já era tempo de os partidos terem tomado uma providência e não virem com desculpa na véspera da eleição: *"Ah, meu Deus, vou arranjar uma 'laranja' para fazer essa laranjada"*. Não! Isso não é responsabilidade das mulheres. As mulheres não podem, na desvantagem que estão vivendo nessa sociedade, arcar com o ônus de fazer uma campanha eleitoral com os custos que há para a vida de qualquer pessoa, especialmente para as mulheres das camadas populares, assumir os ônus de uma campanha eleitoral sem nenhum apoio de partido político. As mulheres não têm espaço nos horários eleitorais, os recursos que os partidos destinam às campanhas das mulheres são menores do que os dos homens. Isso tudo, Sr. Presidente, é discriminação! Por isso, é preciso ação afirmativa para combater a discriminação. Existe discriminação.

É bacana que haja pessoas como V.Exa. que, pessoalmente, não discriminam ninguém por causa de gênero, raça e orientação sexual. Mas a sociedade brasileira, o poder brasileiro está estabelecido de outra forma. Ele está estabelecido sobre bases patriarcais. O Poder brasileiro é patricarcal! Temos de enfrentar isso para poder construir democracia aqui no Brasil.

A Presidência da República foi uma aposta de um conjunto de partidos políticos e de um partido político em especial em colocar uma mulher nesse lugar. A



essa aposta a sociedade brasileira disse: *“sim, nós queremos uma mulher na Presidência da República”*.

Então, a sociedade brasileira mudou porque as mulheres lutaram para isso e produziram mudanças dentro da sociedade brasileira. O poder da Presidência da República mudou, hoje está nas mãos de uma mulher porque a sociedade brasileira produziu essa mudança. Agora, o sistema político está resistente a essa mudança. Existe uma mulher na Presidência da República e existem Ministras a mais na Esplanada dos Ministérios não porque o sistema político brasileiro permitiu, mas apesar do sistema político brasileiro. Todo mundo acompanhou o que foi colocar 25% de mulheres nessa Esplanada. Não havia nenhum partido político para indicar mulher para compor essa Esplanada dos Ministérios. Então, é "apesar de" e porque a sociedade quer. A sociedade quer e já mostrou isso, tem eleito mulheres.

O fato de aumentar mais mulheres no Senado do que na Câmara fala muito no sentido de que, quando um partido decide fazer uma eleição majoritária de mulher, aposta na mulher. Portanto, põe dinheiro na campanha, faz articulação política, tem tempo para visibilizar a campanha, e a coisa acontece.

O problema não está na vontade das mulheres. As mulheres têm vontade, estão nas ruas, têm participação política. Agora, não vamos entrar em canoa furada. As mulheres não têm condição de ficar disputando campanhas, fazendo voto, sem nenhuma chance de ganhar, sem apoio político necessário para isso. Precisamos de um sistema político que seja capaz de responder a esse desafio, que é um desafio das mulheres — a exclusão das mulheres expressa muito bem isso —, mas é também um desafio de vários segmentos da sociedade. O sistema político tem de criar condições para quem está fora do Poder, excluído, marginalizado, em condição de desvantagem, poder entrar e participar. E a ação afirmativa é a medida para isso, porque esperar até 2018 é antidemocrático, injusto e vergonhoso. É imoral andar nesse mesmo passo até 2018 para ter mulheres em igualdade no Poder.

Era isso o que eu tinha a dizer. Obrigada

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Delegado Protógenes.



O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Sr. Presidente, quero fazer um registro importante desse tema, que é a participação das mulheres na política brasileira, não só no aspecto histórico, mas na realidade brasileira que vivemos hoje.

No Poder Judiciário havia praticamente 1% de participação das mulheres, e hoje temos mais da metade nos tribunais, mas não pelo sistema de cotas, e, sim, pela capacidade e competência dessas mulheres. Diga-se passagem, a melhor produção de decisões judiciais, hoje, em termos de qualidade, é das mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Delegado Protógenes, V.Exa. estava aqui quando fez essa referência?

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Não. V.Exa. fez essa referência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Muito obrigado. V.Exa. está repetindo exatamente a expressão que usei. Como advogado, sempre preferi a sensibilidade da mulher magistrada presidindo as audiências.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Perfeito, Sr. Presidente. Vê-se que V.Exa. já até antecipou essa importância da participação das mulheres na superestrutura da Estado brasileiro. Com muita propriedade, antecipou o tema. E o que isso representa?

O Presidente, o Deputado Almeida Lima, que tem um histórico de trabalho nesta Casa, pelo seu Estado de Sergipe, sabe que é importante reverberar o consciente coletivo que hoje domina a sociedade brasileira. Essa é a visão de cidadão antes de Deputado.

Aqui nós tivemos uma combativa Deputada, Denise Frossard, sem entrar no mérito do seu trabalho tanto no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro quanto também aqui na Câmara dos Deputados. Também tivemos o nobre trabalho da Deputada Luiza Erundina, que, com muita propriedade, em consonância com os trabalhos praticamente idealizados pelo Deputado Almeida Lima, no sentido de abrir o debate para a população. O Presidente logo acenou, em contradição à discussão que havia no Senado Federal, com uma postura diferente da Câmara dos Deputados, no sentido de democratizar o debate. E essa democratização parte não só do diálogo de trazer a esta Comissão pessoas, autoridades e representantes de



segmentos desse movimento feminino da participação das mulheres, como também da realidade.

O meu partido, o PCdoB já tenta cumprir essa realidade brasileira. Temos o Presidente Nacional do partido, Renato Rabelo, e temos a Vice-Presidente Nacional, Luciana, que elegemos no último congresso — uma mulher. Temos nas duas cidades, no eixo que predominantemente toma conta dos debates nacionais, no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, sem desprezar o eixo nordestino, muito forte, o do Centro-Oeste, da Amazônia, e, sobretudo, jamais poderíamos pensar ter uma Presidente do Partido Comunista do Brasil em São Paulo, Nádia Campeão, que está desempenhando um papel importantíssimo. Assim também a Rosa, que desempenha papel importante na Presidência do nosso partido no Estado do Rio de Janeiro.

Isso se reproduz na nossa bancada: de 15 Deputados Federais, quase a metade é composta de mulheres; no Senado Federal, temos um Senador e uma Senadora, Vanessa Grazziotin — é a maior bancada feminina de partido político no Congresso Nacional.

Reconheço a importância do debate. Sei que não é difícil, mas também não é fácil, ainda mais quando se coloca concretamente a reprodução daquilo que foi relatado pelo Presidente e Deputado Almeida Lima, da importância do papel das mulheres em outros poderes da República e agora no vértice do poder maior da República — a Presidente Dilma nos dá esse tom.

Eu costumo sair tarde daqui por uma razão muito simples: o trabalho aqui, durante o período legislativo, absorve muito. A rotina do gabinete atendendo pessoas começa pela manhã, até o início das reuniões nas Comissões, e só termina depois das 7 horas ou 8 horas da noite. Só saio daqui meia-noite, 1 hora da madrugada, quando as luzes já estão apagadas. Não estou concorrendo com ninguém, mas quando passo em frente ao Gabinete da Presidência, sinto-me envergonhado porque vejo que a Presidente Dilma ainda está trabalhando. É uma questão primordial de responsabilidade, de compromisso assumido por S.Exa., assim como o Presidente Lula o fez em várias ocasiões. Isso é normal na sociedade em que vivemos: nós, homens, termos, por dever e obrigação histórica, de



despender maior força de trabalho em razão desse contexto social que vem sendo mudado. Hoje, a realidade brasileira é outra, não é mais uma realidade atrasada.

Então, não há competição; há reconhecimento do papel da mulher no cenário político nacional.

Este debate, Guacira — pode ter certeza — encontra espaço dentro do Congresso Nacional e, principalmente, dentro do PCdoB. Estamos alinhados com essa proposta da Frente Parlamentar, liderada pela Deputada Luiza Erundina e pelos membros desta Comissão. Ela terá um grande papel em âmbito nacional e chegará aqui, no Congresso, com outro olhar de Parlamentares que porventura tenham dúvida dessa realidade brasileira, de reconhecer a importância do trabalho da mulher, a importância moral e ética, a importância do vetor da estrutura básica da família para o Estado brasileiro: as mulheres.

Meus parabéns à Comissão. Não pude acompanhar toda a reunião, em razão dos trabalhos no plenário, mas ouvi parte da sua exposição. Só tenho a dizer que estou feliz de participar desta Comissão Especial de Reforma Política e de ter um Presidente que reconhece a importância de trazer autoridades e representantes de segmentos para debaterem o tema da reforma política com seriedade, como vem sendo tratado nesta Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE ((Deputado Almeida Lima) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Com a sua permissão e a do nosso colega de partido, Deputado Sandro Alex, que representa o PPS nesta Comissão, desejo fazer um registro.

Com certeza, nós, mulheres, estamos ocupando outros espaços na sociedade, mas a proporção da ocupação desses espaços não é igualitária, como vemos nas universidades, na qual ingressamos pelo processo do vestibular e também no Ministério Público, cujo ingresso se dá por concurso público.

Nós estamos, sim, ocupando mais espaço na sociedade. Mas a ocupação de espaços nesta Casa e nos demais órgãos do Legislativo envolve necessariamente a ocupação dos cargos em Comissão.

Eu, que sou ex-Secretária Municipal de Saúde, ex-Secretária Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina, não conheço nenhuma mulher que tenha



declinado de algum convite para ocupar um cargo em Comissão. Então, sou privilegiada por estar aqui em função de ter ocupado importantes cargos no meu Estado. Caso contrário, eu estaria fazendo parte do conjunto das mulheres que tentaram se eleger, mas que não conseguiram porque não tinham visibilidade no processo eleitoral.

Portanto, enquanto não houver a mesma proporção entre homens e mulheres na ocupação dos cargos em Comissão, nas Secretarias dos Municípios e nas Secretarias de Estado — agora, em âmbito federal, já temos um pouco mais de mulheres Ministras —, precisaremos discutir o assunto, com o compromisso dos nossos partidos de que o processo político dará garantias às mulheres.

Os mencionados 30% não podem ser o teto, não podem ser fator limitador. Eu trago a experiência da Saúde. Quando discutimos quanto cada ente tem de colocar — o Estado, 12%, e os Municípios, 15% —, devemos considerar que isso não pode ser o teto máximo. Não! Nós queremos um dia chegar a não ter a necessidade de cotas. Quero acreditar que esse é o desejo, tenho certeza disso, das mulheres que estão nesta Casa, mas, em especial, dos homens que sabem do papel das mulheres nessa luta e o reconhecem.

Então, Sr. Presidente, discutir o assunto e admitir que ainda precisamos de instrumentos que garantam a participação da mulher no processo eleitoral, por meio dos nossos partidos, é uma necessidade. Tomara que cheguemos a um momento em que teremos tantas mulheres juízas ou médicas quanto homens. Já estamos ocupando, sim, alguns espaços importantes, mas isso ainda não é verdade quando observamos a composição dos governos com relação a homens e mulheres nas pastas. Não há, ainda, essa proporção.

Precisamos de algumas garantias legais para que, um dia, efetivamente, homens e mulheres possam estar na mesma condição.

Obrigada, Presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Presidente, eu gostaria de complementar o que a nobre Deputada falou.

Faltou um registro importante nesta reunião. A importância do trabalho da mulher é muito grande e não se reflete apenas no trabalho e simples rotina, mas na coragem também.



Quero registrar um trabalho feito pela Desembargadora Terezinha Cazerta, do Tribunal Regional Federal do Estado de São Paulo, e pela Dra. Janice Ascari, Procuradora Regional da República, duas precursoras no que se refere à Operação Anaconda, que investigou juizes por venderem sentenças no nosso Estado de São Paulo. Foram duas mulheres que tiveram a coragem de fazer esse trabalho, o qual historicamente ficou conhecido nacionalmente.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Sr. Presidente, pela ordem.

Quero fazer um registro. Muitas vezes o silêncio pode parecer omissão.

Tive a honra de ser Prefeito de São José do Rio Preto e, no primeiro mandato, em 2000, era Deputado Federal. Mudei-me para Rio Preto e, na primeira que votei, votei em mim mesmo para Prefeito. Tinha sido Prefeito da minha terra natal, Santa Fé do Sul. Fui Deputado Estadual junto com a Deputada Luiza Erundina na eleição de 1986. Estivemos juntos em 1987 e em 1988. Depois, ela foi eleita Prefeita. A minha Vice-Prefeita foi a companheira Profa. Maureen Leão Cury, do PT. Eu fui candidato pelo PPS e, em 2004, candidato à reeleição.

Eu estava em Brasília, no dia 30 de julho, recebendo o Prêmio Prefeito Amigo da Criança. Houve a Convenção, eu era candidato à reeleição, e recebi a notícia de que o PT queria tirar a Vice-Prefeita Maureen. Eu saí apressadamente e fui para Rio Preto, no último dia da Convenção. Reuni-me com o partido e perguntei: *“Por que tirar a Maureen e colocar o Eduardo?”* Depois de uma longa discussão, disseram: *“A Maureen não briga com você. Nós queremos alguém que brigue com você, que te ‘peite’. E a Maureen é sua Secretária.”*

Também tenho a honra, meu caro Presidente, de mencionar que, em São Paulo, a primeira Secretaria Municipal da Mulher foi em São José do Rio Preto.

Concluindo, na Convenção, o PT “rachou”, eu fiquei com a parte que queria a Maureen. Foi um desastre. Imaginem uma separação depois de três anos e meio. Houve um processo eleitoral, e o Eduardo, que queriam como vice foi candidato a Prefeito. O PT oficialmente rompeu e eu acabei encontrando uma Vice mulher, a Eliana, do PMDB. Disputamos, o PPS e PMDB, a segunda eleição.

Então, quero falar de sucesso. Recebemos um prêmio da ONU, em El Salvador, pelas políticas públicas que desenvolvemos na defesa de gênero das mulheres. Portanto, foi um sucesso. Foram 8 anos de governo bem avaliados.



Retorno agora à Câmara e quero, portanto, dividir. Não teríamos obtido o sucesso que obtivemos administrativamente: resolvemos o problema da água e do saneamento, tratamos 100% do esgoto — eram 3% de esgoto tratado —, fizemos a maior estação de tratamento de esgoto da região de São Paulo, sempre com a participação das mulheres, que ajudaram a desenvolver as políticas públicas, com muitas mulheres no Governo.

Nesta manhã e tarde em que discutimos reforma política, quero dizer que as mulheres sempre tiveram uma participação muito direta e eficiente. Tenho o maior orgulho de ter trabalhado com as mulheres no meu Município.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns pela sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço pelas manifestações.

Com a palavra a Deputada Luiza Erundina.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, eu queria fazer um registro sobre a qualidade deste debate e sobre a presença, nesta reunião, de homens e mulheres, o que não é comum numa quinta-feira, principalmente depois da noite anterior. Chegamos à nossa casa à meia-noite e meia ou 1 hora. Surpreendeu-me positivamente, de forma gratificante, observar — não foi a totalidade nem a metade da Comissão, qualquer que seja a Comissão nesta Casa —, numa quinta-feira de manhã, o número de homens e mulheres bastante significativo e o nível da participação e do interesse aqui demonstrado.

Então, Sr. Presidente, isso indica que o método que V.Exa., em acordo com a maioria da bancada, está adotando é correto. É esse método que vai nos dar condições mais favoráveis para se chegar a resultados que não teríamos apenas no âmbito de uma Comissão, ou mesmo no âmbito da Casa como um todo.

Esta reunião, essa experiência de hoje — a qualidade de intervenções de homens e mulheres — indica que, desta vez, a discussão da reforma política se coloca num outro patamar.

Estou bastante positiva, sem dúvida, com o coroamento desta manhã pela intervenção da Guacira e das outras companheiras e dos companheiros. A fruta está madura. É hora de colhermos os frutos de uma luta de décadas. Há muita coisa



ainda pela frente. Acho que a nossa próxima eleição se dará num outro sistema e certamente o resultado será diferente, não ainda aquele que desejamos, mas diferente, sem dúvida alguma, fruto desse esforço de homens e mulheres nesta Casa e, sobretudo, na sociedade, com instituições de mulheres e feministas como o CFEMEA.

Obrigada, Guacira, pela sua presença aqui até agora.

Parabéns, Sr. Presidente, pela condução dos trabalhos. Parabéns, companheiros e companheiras que ficaram aqui até agora dando enorme contribuição a nós mesmas. Saímos daqui mais esclarecidos, com mais lucidez sobre as coisas que serão encaminhadas, fruto dessa construção coletiva que se viveu aqui nessas horas, nesta manhã de quinta-feira.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Chegando quase ao final da primeira parte da nossa sessão, teremos logo a seguir a parte deliberativa, vamos deliberar sobre os requerimentos, tenho a honra de devolver a palavra à Sra. Guacira para seus esclarecimentos finais, aproveitando também, já que vai estar com a palavra, para fazer suas despedidas.

Com a palavra a Sra. Guacira.

A SRA. GUACIRA CÉSAR DE OLIVEIRA - Devo agradecer pela oportunidade. É realmente um debate necessário, por sermos feministas, por estarmos em uma organização de mulheres, por estarmos em um movimento de mulheres, poder presenciar e participar desse momento importante de debates sobre a reforma política, discutindo com os senhores e com as senhoras que vão decidir a esse respeito sobre a participação política das mulheres.

É da maior importância que esta Comissão tenha pautado essa questão e dado essa relevância, como disse muito bem a Deputada Luiza Erundina, se debruçado sobre um debate bastante profícuo a esse respeito até agora e com disposição para continuar travando essa discussão mais adiante.

Colocamo-nos à disposição para colaborar, para contribuir, para fomentar o debate.

Agradecemos, Sr. Presidente, Deputada Luiza Erundina, pelo requerimento, pela solicitação.



Obrigada e boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço à Sra. Guacira César de Oliveira pela honrosa presença e pela contribuição que trouxe ao debate, à ampliação e ao aprofundamento do debate com esta Casa, com a Câmara dos Deputados. Por certo iremos ampliar mais ainda com as demais audiências públicas e as visitas que faremos aos Estados.

Portanto, receba os agradecimentos desta Comissão. (*Palmas.*)

Retomando os trabalhos, antes de passarmos à deliberação dos requerimentos, comunico ao Plenário que, na reunião de representantes no dia de ontem, ficou agendado encontro no dia 29 de abril, sexta-feira, para a conferência no Estado de Goiás, em sua capital, Goiânia; no dia 2 de maio, segunda-feira, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul; no dia 6 de maio, sexta-feira, em São Paulo, São Paulo; no dia 9 de maio, segunda-feira, em Belém, no Pará; no dia 13 de maio, sexta-feira, em Aracaju, Sergipe.

Realizadas essas cinco audiências representativas das regiões do País e diante da possibilidade de mais agendamentos durante todo o mês de maio, já temos previamente designada também a audiência para João Pessoa, Paraíba, no dia 16 de maio; no dia 20 de maio, uma sexta-feira, no Rio de Janeiro. Teremos ainda outras designações.

Quero comunicar também ao Plenário que decidimos pela realização de uma audiência, de caráter administrativo, para encaminhar procedimentos, para o dia 26 de abril, neste plenário, com a presença dos membros da Comissão ou dos representantes partidários. Estão sendo especialmente convidados os Presidentes das Assembleias Legislativas de todos os Estados e do Distrito Federal, bem como os Presidentes das Câmaras de Vereadores das capitais.

Essa reunião objetiva discutir encaminhamentos para a melhor operacionalização dos encontros que realizaremos nos Estados. Lembramos que os membros dirigentes da Frente Mista Parlamentar de Defesa da Reforma Política estão sendo convidados também.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente, a título de informação, V.Exa. passou a lista das cidades e as datas para audiências públicas. Eu havia formulado a V.Exa. a...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Darei o esclarecimento que me pede, já que eu consigo antever a conclusão de V.Exa.: Estado do Paraná, Curitiba.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - É que o Relator, Deputado Henrique Fontana, nos fez um apelo para incluir também o Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Então, os cinco primeiros, por uma sugestão da reunião de ontem, nós definimos um por Região, para estabelecer logo uma cobertura do País.

Veja V.Exa. que no dia 16 de maio já temos a Paraíba, é um retorno ao Nordeste; no dia 20, Rio de Janeiro, um retorno à Região Sudeste; e aberto agora para V.Exa. incluir Curitiba no retorno à Região Sul.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Agradeço a V.Exa. e peço que inclua a cidade de Curitiba, até porque já fizemos essa solicitação verbal na segunda audiência desta Comissão. Pergunto a V.Exa., vejo que na pauta hoje os requerimentos feitos solicitam as audiências nas capitais, se é necessário esse requerimento formal ou se o requerimento verbal naquela nossa segunda reunião já garante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Já está consignado.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Muito obrigado. Há uma data?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Inclusive, V.Exa. poderá manter um contato com a Secretária. Temos aqui, após o dia 20, dias 23, 27 e 30. Uma das três datas V.Exa. pode combinar com a Secretária.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - De que mês?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - De maio.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Ordem do Dia para deliberação de requerimentos.

Item 1.

"Requerimento nº 5, de 2011, do Deputado Alceu Moreira, que requer que sejam realizadas reuniões periódicas entre as Comissões Especiais da Reforma Política da Câmara dos Deputados e do Senado Federal



visando maior sintonia possível no andamento das propostas."

Mantido o requerimento.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 5.

Item 2.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, Deputado Augusto Coutinho, de Pernambuco.

Quero só registrar a presença aqui do Deputado Sérgio Leite, nosso companheiro da Assembleia Legislativa de Pernambuco e Vice-Presidente da UNALE. Ele, inclusive, depois da reunião, vai conversar com V.Exa. porque tem uma missão que tem por parte da UNALE.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, eu queria também incluir, se possível for, o Estado de Pernambuco nessas visitas, nessas audiências públicas. A Assembleia Legislativa criou uma Comissão Especial que também está se debruçando sobre esse assunto. Por isso solicito que seja incluído nesse roteiro, se possível for, o Estado de Pernambuco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V. Exa. pela inclusão do Estado de Pernambuco. Tenho certeza absoluta de que os descrentes da reforma política em breve passarão a ser crentes da reforma política, pelo envolvimento da sociedade brasileira, pela capacidade dos senhores, desta Comissão, para estabelecer os procedimentos mais adequados a fim de que a reforma aconteça. Teremos audiência com a UNALE. Devo dizer às Sras. e aos Srs. Parlamentares que foi uma iniciativa desta Comissão, mediado pela Presidência, o contato com a União Nacional dos Legislativos Estaduais, UNALE; com a União dos Vereadores do Brasil, UVB; com a Frente Municipalista de Prefeitos e com a Frente Nacional de Prefeitos.



Mantive contato com todos, colocando-nos à disposição para esse diálogo e para a abertura do debate com toda a sociedade.

Tenho certeza absoluta, e vejo isso não como revanche, mas com alegria e satisfação, de que, em breve, os descrentes passarão a acreditar que iremos oferecer uma alternativa à sociedade.

Item 2.

“Requerimento nº 7, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que solicita sejam procedidos debates para diagnóstico dos problemas existentes no sistema político brasileiro, previamente à discussão de propostas específicas de modificação da legislação.”

Requerimento mantido.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Na verdade, Sr. Presidente, a Comissão já está fazendo esse debate, apresentando aqui os problemas e fazendo o diagnóstico. Já estamos fazendo isso na discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Em deliberação. *(Pausa.)*

Não havendo deliberação em contrário, declaro o requerimento aprovado.

Item 3.

“Requerimento nº 8, das Sras. Parlamentares Alice Portugal, Luiza Erundina e do Deputado Daniel Almeida, que solicita a realização de Audiência pública da Comissão Especial de Reforma Política para discutir o tema com representantes de organizações feministas e autoridades dirigentes de órgãos em defesa dos direitos da mulher.

Convidados: 1) representantes do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher — UNIFEM; 2) do Centro Feminista de Estudos e Assessoria — CFEMEA; e 3) a Exma. Sra. Ministra Iriny Lopes, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres”.

Em discussão. *(Pausa.)*



Em votação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Item 4.

“Requerimento nº 10, do Sr. Efraim Filho, que requer seja realizada conferência da Comissão Especial da Reforma Política no Município de João Pessoa, no dia 28 de março de 2011.”

Há uma retificação da data — em decorrência de entendimento mantido com o Sr. Deputado e pelo fato de essa data já ter expirada —, previamente estabelecida em 16 de maio, segunda-feira.

Em discussão. (Pausa.)

Em deliberação. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, declaro o requerimento aprovado.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, questão de ordem. Quero fazer uma sugestão a V.Exa.: votemos esses requerimentos todos em bloco. Se algum companheiro discordar, em específico, de algum requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Trata-se de norma impositiva do Regimento, nós devemos fazê-lo. E procurei fazê-lo, sem fugir ao regimento, da forma mais célere possível.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Não está mais aqui quem falou! Vamos seguir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Item 5. Requerimento nº 11, do Deputado Sandro Alex, que *“requer realização de audiência pública com o ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso”*.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente, estou fazendo o requerimento para que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso venha a esta Comissão dar sua colaboração. S.Exa. já demonstrou publicamente que gostaria de estar conosco.

Solicito a V.Exa. que, uma vez aprovado o requerimento, possamos, por meio de um representante do PSDB nesta Comissão, encaminhar ao Líder do PSDB esse



convite, a fim de que definamos uma data para que o ex-Presidente esteja conosco. S.Exa. já disse que tem a maior boa vontade e que virá, mas é preciso agendar previamente a visita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Item 6. Requerimento nº 11, do Deputado Sandro Alex, que *“requer realização de audiência pública com o ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva”*.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente, da mesma forma, ouviremos os dois Presidentes que estiveram à frente do País nos últimos 16 anos. Tenho certeza de que a colaboração que S.Exas. vão dar a esta Comissão e à reforma política é muito grande.

Da mesma forma, por intermédio do representante do PT nesta nossa Comissão, da Liderança do partido na Casa, vamos encaminhar o convite ao Presidente Lula para estar conosco.

Na ocasião em que o PT comemorou seu aniversário, neste ano, Deputada Erundina, S.Exa. o Presidente Lula demonstrou que gostaria de colaborar. Peço a V.Exa., colaboração para que possamos ouvir o ex-presidente aqui. Tenho certeza de que será uma audiência muito proveitosa e muito concorrida na nossa Comissão, que vai colaborar com os nossos trabalhos.

Será um momento gratificante quando ouvirmos essas duas pessoas, em datas distintas. Tenho certeza de que a Comissão da Reforma Política vai demonstrar ao País que está promovendo uma ampla discussão, um debate, uma audiência com as pessoas envolvidas na política e com os segmentos da sociedade, para que possamos deliberar uma reforma política correta, ouvindo as pessoas.

Sr. Presidente, eu disse à reportagem do jornal *Gazeta do Povo* desta semana que a Câmara Federal fez o caminho inverso do Senado: estarmos primeiro ouvindo as pessoas, promovendo audiências, para que possamos deliberar. Considero essa a forma mais correta, um avanço da nossa parte.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - V.Exa. me concede um aparte?



O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Em discussão. V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Quero louvar a iniciativa do Deputado, que é absolutamente pertinente e oportuna.

Sr. Presidente, proponho a V.Exa., ao proponente e aos demais membros que na Mesa em que os dois Presidentes vão estar presentes, em dias diferentes, evidentemente, que um dos debatedores fosse alguém representante da Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular, porque, como a Frente representa o Congresso, Deputados e Senadores, e sociedade civil, seria a meu ver muito oportuno que na ocasião em que os dois ex-Presidentes, um de cada vez, estivessem expondo suas ideias ouvissem também a sociedade civil a respeito do mesmo tema, a partir de um novo instrumento regimental e institucional, que é a Frente Parlamentar pela Reforma Política.

Consulto sobre essa possibilidade tanto V.Exa., como proponente, como o Presidente e os demais membros da Comissão.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente, penso que os ex-Presidentes virão como convidados, vão fazer suas exposições, e os Deputados representantes da Comissão vão poder fazer perguntas e questionamentos. Dessa forma, já existe aqui, por meio dos Deputados que fazem parte da Frente, a participação desses segmentos envolvidos. Assim, os próprios representantes da Comissão vão ter a oportunidade de conversar. Não sei se é necessária a participação.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Posso contraditar?

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Pode, claro.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Compreendo que a arguição ou o diálogo vai dar-se também com outros Parlamentares, não só com os membros da Comissão. Certamente, o apelo que representa a presença dessas duas personalidades trará outros Parlamentares que não pertencem à Comissão. Mas a Frente Parlamentar se compõe da sociedade civil, e neste fórum ela não está representada, a não ser por meio de representantes. Queremos quebrar essa lógica, no sentido de que a democracia representativa se complementa com a democracia



participativa, com a democracia direta, que estaria expressa nessa oportunidade com representantes da sociedade civil na mesa de debates com essas duas personalidades.

Mas me conformo com a decisão do Plenário desta Comissão, aceito-a.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Nós temos em nossa Comissão 40 titulares mais 40 suplentes. São 80 Deputados que vão querer, com certeza, participar dessa audiência, desse convite feito aos ex-Presidentes.

Portanto, pergunto ao nosso Presidente o melhor encaminhamento, porque vamos ter que neste momento tentar compor, até pelo tempo. A data vai ser concorrida. Vamos ter que desenvolver um mecanismo para que tenhamos a participação dos Deputados desta Comissão. Consulto V.Exa. sobre esse procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com todo o merecimento de que são dignos os convidados — até mesmo pela história —, não posso assegurar que terão um tratamento diferenciado em relação aos demais convidados. É evidente que vamos pautar da melhor maneira possível, para que eles possam estabelecer as suas falas da maneira mais aprofundada e ampla possível, debatendo, mas entendo que devemos seguir o mesmo trâmite para todos que aqui vierem.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Então eu me proponho, Deputada Luiza Erundina, como requerente, aceitar os questionamentos e perguntas encaminhados por meio dos segmentos da sociedade, para que eu possa, ao lado de V.Exa. e dos demais Deputados que fazem parte da Frente, trazer os questionamentos vindos da sociedade. Faço questão de passá-los aos nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Em votação.

Os Srs. Parlamentares que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Item 7. Requerimento nº 14, do Deputado Onofre Santo Agostini, que “*requer realização de conferência em Florianópolis, Estado de Santa Catarina*”.

Mantido o requerimento.

Em discussão. *(Pausa.)*



Em votação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Item 8. Requerimento nº 16, do Deputado João Paulo Lima, que *“requer realização de audiência pública para subsidiar o debate relativo à reforma política. Convidados: 1) Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria — CNI; 2) Antônio José Domingues de Oliveira Santos, Confederação Nacional do Comércio - CNC; 3) Senadora Kátia Abreu, Confederação Nacional da Agricultura — CNA; 4) Fábio Colletti Barbosa, Confederação Nacional de Instituições Financeiras — CNF”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Item 9. Requerimento nº 17, do Deputado João Paulo Lima, que *“requer a realização de audiência pública para subsidiar o debate relativo à reforma política, com os seguintes convidados: 1) Presidente da Central Única dos Trabalhadores — CUT, Artur Henrique da Silva Santos; 2) Presidente da Força Sindical: Deputado Paulo Pereira da Silva; 3) Presidente da Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura — CONTAG: Alberto Ercílio Broch”*.

Em debate. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Item 10. Requerimento nº 18, do Deputado João Paulo Lima, que *“requer a realização de audiência pública para subsidiar os debates na Comissão Especial de Reforma Política. Convidados: 1) Leonardo Barreto, Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB) e coordenador do curso de Ciência Política do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF); 2) Alon Feuerwerker, jornalista,*



colunista do Correio Braziliense, apresentador do programa de entrevistas Jogo do Poder, na rede de TV CNT; 3) Joelson da Costa Dias, Ministro Substituto do TSE, advogado especialista em direito eleitoral, Mestre em Direito pela Universidade de Harvard e Secretário Nacional da Comissão de Relações Internacionais do Conselho Federal da OAB; 4) Cláudio Gonçalves Couto, Graduado em Ciências Sociais, mestre em Ciência Política, doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado na Universidade de Columbia (EUA). Professor do Departamento de Gestão Pública (GEP) da FGV-EAESP. É colunista eventual de política do Jornal Valor Econômico".

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Item 11. Requerimento nº 19, do Deputado João Paulo Lima, que *“requer a participação do Presidente do partido Socialista dos Trabalhadores Unificados — PSTU, José Maria de Almeida, na Audiência Pública do dia 24 de março de 2011, no âmbito desta Comissão Especial”*.

Com a retificação quanto à data, uma vez que a agenda é trabalhada pela Secretaria, submeto o requerimento à discussão. *(Pausa.)*

Em deliberação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Item 12. Requerimento nº 20, do Deputado Alceu Moreira, que *“requer a realização de audiência pública para subsidiar o debate relativo à reforma política, com ênfase no Sistema Eleitoral e financiamento exclusivo público de campanha, convidando as seguintes autoridades: Exmo. Sr. Nelson Jobim, M.D. Ministro da Defesa; e o Sr. Ibsen Pinheiro, ex-Presidente da Câmara dos Deputados”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Submeto à deliberação.



Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Item 13. Requerimento nº 21, do Deputado Sibá Machado, que *“requer oitiva sobre reforma política com o Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardoso”*.

Em discussão. (Pausa.)

Submeto à deliberação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Item 14. Requerimento nº 22, do Deputado Sibá Machado, que *“requer a oitiva sobre a reforma política dos Presidentes dos Partidos Políticos com representação no Congresso Nacional.”*

Em discussão. (Pausa.)

Submeto à deliberação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Item 15. Requerimento nº 23, do Deputado Sibá Machado, que *“requer a oitiva sobre reforma política com representantes do Movimento Ficha Limpa, da Ordem do Brasil — OAB e da Comissão de Justiça e Paz da CNBB sobre a reforma política”*.

Em discussão. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Sr. Presidente, eu creio que o requerimento do Deputado Sibá Machado se refere a um evento que já realizamos, quando ouvimos o Presidente do Conselho Federal da Ordem, o representante da CNBB e o Movimento Ficha Limpa. Fica a critério do Plenário se devemos novamente ouvir as mesmas autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não há prejuízo quanto à aprovação do requerimento. Buscaremos entendimento com o Parlamentar autor, para conciliação. Vamos adverti-lo. Acredito que V.Exa. tem razão, mas o requerimento não perderá o objeto nem será prejudicado.



Posso submeter o requerimento a deliberação? *(Pausa.)*

Não havendo oposição, em deliberação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade, embora reconheça a assertiva de V.Exa.

Item 16. Requerimento nº 26, da Deputada Íris de Araújo, que *"requer a realização do Encontro Regional do Centro-Oeste, para debater em Audiência Pública a Reforma Política, em Goiânia/GO"*.

Aprovado já por antecipação, mas submeto a debate a deliberação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Item 17. Requerimento nº 27, do Deputado Ivan Valente, que *"requer a realização de audiência pública na Comissão Especial destinada a apresentar propostas em relação à reforma política com a finalidade de ouvir o Professor Renato Lessa, da UFF"*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Submeto à deliberação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Item 18. Requerimento nº 28, do Deputado Ivan Valente, que *"requer a realização de audiência pública na Comissão Especial destinada a apresentar propostas em relação à reforma política com a finalidade de ouvir a Professora Débora Messenberg"*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em deliberação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.



Item 19. Requerimento nº 29, do Deputado Ivan Valente, que *“requer a realização de audiência pública na Comissão Especial destinada a apresentar propostas em relação à reforma política com a finalidade de ouvir o Professor Jairo Nicolau”*.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Devo considerar prejudicado o requerimento, tendo em vista que requerimento anterior no mesmo sentido, para a mesma personalidade, já foi devidamente aprovado.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Eu gostaria de fazer uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - E, salvo engano, era de autoria de V.Exa.

Deputado Ronaldo Caiado, Jairo Nicolau...

Prejudicado por já ter cumprido o objeto.

Tem a palavra V.Exa.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação, embora isso, evidentemente, dependa do encaminhamento na administração da Comissão.

Em se tratando do mesmo proponente, fazendo três audiências individuais, será que não haveria possibilidade de entendimento com o proponente? Por conta do tempo e da limitação de datas para tantas audiências, será que o autor não concordaria? Primeiro, não há nenhuma data prevista. Sugiro uma Mesa em que os três indicados pudessem estar numa mesma audiência, já que o proponente é o mesmo, Deputado Ivan Valente. Será que eles não poderiam propor uma única audiência pública?

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Manteremos contato, a fim de verificar a possibilidade de entendimento com esse nobre Deputado.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Quero somar-me ao pronunciamento da Deputada Luiza Erundina. Acho que, no que se refere a todas essas oitivas propostas pelos Deputados, teríamos que otimizar o nosso tempo e compor Mesas com três ou quatro convidados, com tempo definido. Caberia a



V.Exa., com a assessoria, verificar a harmonia. Onde houver harmonia, propõem-se os temas e compõem-se essas Mesas de forma que se fizesse um trabalho objetivo e produtivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - As manifestações de V.Exas. serão consideradas.

De certa forma, a Secretaria já tem procurado fazer esse trabalho, diante inclusive da dificuldade que tivemos de montar a agenda do dia de hoje, por uma coincidência, diante de impedimentos diversos. Por essa razão, também tomei a decisão de pautar todos os requerimentos do dia de hoje para que a Secretaria pudesse ter mais flexibilidade ao convidá-los.

Item 20. Requerimento nº 30, de autoria do Deputado Romero Rodrigues, que *"requer a realização de Seminário na Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba para debater o tema: 'Mudanças propostas com a Reforma Política'"*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em deliberação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 21. Requerimento nº 31, do Deputado Luiz Alberto, que "solicita a realização de audiência pública com os seguintes convidados: Sr. Marcelo Paixão, professor adjunto e pesquisador do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais — LAESER, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Sr. Cloves Luiz Pereira Oliveira, professor adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana e pesquisador associado do Programa A Cor da Bahia, da Universidade Federal da Bahia, e do Laboratório DOXA do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro".

Em discussão. *(Pausa.)*

Em deliberação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



Item 22. Requerimento nº 32, do Deputado Waldenor Pereira, que *"solicita a realização do Encontro da Região Nordeste para discutir a Reforma Política na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia"*.

Em discussão. (Pausa.)

Em deliberação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Item 23. Requerimento nº 33, do Deputado Waldenor Pereira, que *"requer a realização de Audiência Pública para subsidiar o debate relativo à reforma política, com a participação do Ministro Dias Toffoli, Ministro do Supremo Tribunal Federal e Presidente da Comissão de jurista criada pelo Senado Federal para elaboração do anteprojeto do Código Eleitoral"*.

Em discussão. (Pausa.)

Em deliberação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Item 24. Requerimento nº 34, do Deputado Vicente Candido, que *"requer a realização de Seminário Internacional para subsidiar o debate sobre Reforma Política. Convidados: 1) o Presidente da Assembleia Nacional da República Francesa, Bernard Accoyer; 2) o Presidente do Parlamento Alemão, Norbert Lammert; 3) o Presidente do Parlamento Espanhol, José Bono Martínez; 4) Wanderley Guilherme dos Santos, Professor Emérito da UFRJ; 5) Fábio Konder Comparato, Professor Titular da Faculdade São Francisco da Cidade de São Paulo"*.

O requerimento visa à realização de seminário internacional para subsidiar o debate.

Eu tomo a iniciativa de retirar esse requerimento de pauta, para que o Parlamentar, presente na próxima sessão, possa estabelecer uma justificativa e, quem sabe, o *modus operandi*. É preciso conhecer a sua ideia em profundidade, para que o Plenário possa deliberar de forma consciente.



Retirado de pauta.

Item 25. Requerimento nº 35, do Deputado Daniel Almeida, que requer a realização de audiência no Estado da Bahia.

Considero-o prejudicado, tendo em vista que o objeto já foi deliberado e aprovado.

Item 26. Requerimento nº 36, do Deputado Daniel, que *"solicita a realização de reunião de audiência pública com a presença do Doutor em Direito Constitucional e Procurador Regional da República Dr. Augusto Aras, para subsidiar o debate relativo à reforma política."*

Em discussão. *(Pausa.)*

Em deliberação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Item 27. Requerimento nº 37, do Deputado Vitor Paulo, que *"solicita a realização de Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro para discutir a Reforma Política"*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em deliberação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Item 28. Requerimento nº 38, do Deputado Vicente Candido, que requer a realização de seminário internacional.

S.Exa. apresenta outras personalidades. Pela mesma razão anterior, eu o retiro de pauta.

Transfiro a Presidência ao nobre Deputado Edinho Araújo, para o prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Em discussão o Requerimento nº 39, de autoria do nobre Deputado Almeida Lima, que *"solicita que seja convidado o Sr. Michel Temer, Vice-Presidente da República, a comparecer a esta Comissão para subsidiar o debate relativo a Reforma Política"*.



Com a palavra o Deputado Almeida Lima.

O SR. DEPUTADO ALMEIDA LIMA - Sr. Presidente, desejo apenas fazer um adendo, para tornar também autor desse requerimento o Deputado Delegado Protógenes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Incorporando o Deputado Delegado Protógenes a esse requerimento, em discussão.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Exmo. Sr. Presidente, o Exmo. Sr. Autor do requerimento, Deputado Almeida Lima, que preside a nossa Comissão Especial e que passou a Presidência para V.Exa., muito me honra com o convite de subscrever esse requerimento, dada a importância e o valor não só de a Vice-Presidência da República vir aqui, mas também do jurista, reconhecido pelo seu trabalho nas cátedras no Estado de São Paulo e em outras universidades espalhadas no Brasil, e principalmente devido ao desempenho que S.Exa. teve nesta Casa como Presidente por mais de uma vez.

É jurista consagrado em Direito Constitucional, um abnegado pela reforma política. Embora na Vice-Presidência da República, S.Exa. sinalizou com a colaboração a respeito do sistema político eleitoral, filiando-se a uma bandeira que entende ser mais viável, o “distritão”. Bem aceita, bem acolhida nesta Casa por alguns Parlamentares, está sendo alvo de profícuo debate.

O Deputado Almeida Lima está de parabéns. Eu estive com o Vice-Presidente da República, que falava da importância de comparecer à nossa Comissão Especial. É uma simbiose de entendimento e de visão que eu tenho com o Deputado Almeida Lima, dada também a sua experiência.

Por isso, a iniciativa de S.Exa., a larga experiência e a forma como conduz a Presidência desta Comissão nos permitem o benefício e o honra de receber não só os dois ex-Presidentes da República, o Exmo. Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Exmo. Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas também um homem da atualidade, que hoje está no poder para somar esforços e fazer o Brasil de hoje e de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.



Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Deputado Almeida Lima. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Item 30. Requerimento nº 40, do Deputado Fábio Faria, que requer a designação do Estado do Rio Grande do Norte para sediar encontro desta Comissão de Reforma Política.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em deliberação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Pela mesma razão, transiro a Presidência dos trabalhos para o Deputado Edinho Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Em discussão o Item 31. Requerimento nº 41, do nobre Deputado Almeida Lima, que "*solicita a realização de um Encontro Regional para discutir a Reforma Política, no Estado de Sergipe*".

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Deputado Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Item 32. Requerimento nº 42, do Deputado Henrique Fontana, que "*solicita a realização de Audiência Pública da Comissão Especial Reforma Política, na Cidade de Porto Alegre*".

Em discussão. *(Pausa.)*

Em deliberação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.



Nada mais havendo a tratar...

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente, a data de Porto Alegre, confirme-a mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - A data de Porto Alegre é exatamente o dia 2 de maio.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Nós estivermos conversando com a Secretaria, e a data para Curitiba ficou 27 de maio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Dia 27 de maio.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que encaminhe aos membros a programação, o calendário. Isso seria importante para que pudéssemos nos programar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deferido.

Com a palavra o Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Obrigado, Sr. Presidente. Sou seu vizinho de Estado.

Repito que isto é muito importante: que nós possamos receber por *e-mail* o que já está deliberado, a fim de que já nos programemos para participar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deferido o pedido. A Secretaria, com a sua eficiência, já tomará as providências.

Nada mais havendo a tratar, convoco reunião para o próximo dia 12 de abril, terça-feira, às 14h30min, neste plenário. A pauta será o debate sobre o financiamento de campanha eleitoral.

Peço à Secretaria que, nas comunicações que forem feitas via *e-mail* aos membros titulares e suplentes desta Comissão, informe também que o tema objeto do debate da próxima terça-feira é financiamento de campanha.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos a presença e declaro encerrada a presente reunião.